



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ACORDANDO NA CACHOEIRA: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE
PESCADORES ARTESANAIS EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA**

GRACILENE DE CASTRO FERREIRA

Belém-PA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ACORDANDO NA CACHOEIRA: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE
PESCADORES ARTESANAIS EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PARÁ**

GRACILENE DE CASTRO FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará – como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Belém-PA

2016

GRACILENE DE CASTRO FERREIRA

**ACORDANDO NA CACHOEIRA: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE
PESCADORES ARTESANAIS EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará – como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Belém-PA, 28 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Dr. Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA (PPGEO)
Belém - PA

Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Universidade Federal do Pará – UFPA (PPGEO)
Belém - PA

Dr. Ricardo Ângelo Pereira Lima
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (PPGDR)
Macapá - AM

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, exclusivamente, ao nosso Deus, Senhor do Universo, que me faz viver cada dia como um milagre que não se repete, com bênçãos e cuidados especiais que só Ele pode dar e que me presenteou com as pessoas que eu mais amo na vida: meus pais, João Moreira de Castro e Maria das Graças Costa de Castro; meu esposo, José Luiz Lisbôa Ferreira; minhas filhas, Lo-Ruama de Castro Ferreira e Tháyla Juliana de Castro Ferreira; meu netinho, Davi Ferreira de Moraes e meus queridos sobrinhos, João Moreira de Castro Neto, Loran Thállys de Castro Silva e a pequena Sophia Rodrigues de Castro.

AGRADECIMENTOS

Acredito que ser feliz é achar a distância certa entre o que se tem e o que se quer ter, mediado pelo tamanho dos sonhos e das limitações. E as nossas limitações são as principais motivações para que barreiras sejam transpostas, atitudes sejam tomadas e metas sejam alcançadas. Para isso, um envolvimento mútuo de integração e interesse precisa ser desenvolvido, onde pessoas se juntem e colaborem para que o que era projeto se torne real; o que antes era, hoje é; o que se estava distante, hoje é visível.

O rei Salomão, enaltecendo a força da amizade declara que um cordão de três cordas é bem mais forte e um amigo verdadeiro na hora da dificuldade se torna um irmão. Sou grata a Deus pelas “cordas” que Ele acrescentou ao meu “cordão”, e aos meus amigos que se tornaram irmãos.

Assim agradeço:

Aos meus pais João Moreira de Castro e Maria das Graças Costa de Castro, ao meu avô Francisco Alves, que sempre pediram a Deus por minha vida e sucesso nos meus projetos e que me dão a alegria de dividir com eles este momento.

Ao meu esposo e companheiro José Luiz Lisboa Ferreira, por seu apoio fundamental, estando comigo em todos os momentos, compartilhando das dificuldades, da alegria e da satisfação na realização deste sonho concretizado.

Às minhas filhas, Lo-Ruama de Castro Ferreira e Tháyla Juliana de Castro Ferreira, por sempre me receberem de volta em casa – depois de horas de estudo – com um sorriso no rosto e muita dedicação em me fazer sentir apoiada diante das dificuldades e dos desafios superados.

Aos meus irmãos, Gláucia Castro, Jardeon Castro, Graciane Castro, Gleice Castro e Gisele Castro, que juntamente com meus cunhados Ednelson Paiva, Elaine Castro, Wellington Pereira e Elielson Silva, sempre se mostraram dispostos em oferecer ajuda e colaboração nos dias de cansaço e desânimo que eventualmente apareceram no caminho.

Ao meu cunhado e amigo Delcídio Lisboa Ferreira, que sempre se mostrou solícito, estando disponível sempre que precisei contar com sua colaboração nas viagens a campo.

Ao meu amigo e Pr. Clésio Sousa Santos, que não poupou investimento em oração para que eu pudesse viver este dia.

Aos meus irmãos em Cristo, membros da Igreja Batista do Centenário, que sempre me apoiaram em oração e cuidado espiritual.

Ao Pr. Antônio Salustiano e Espedia Salustiano, pelo apoio espiritual e orações, das quais nos conduziram e foram indispensáveis no transpor as dificuldades e conclusão da pesquisa.

Ao meu avô Manuel Alves da Costa, pela vida dedicada em oração e incentivo ao meu sucesso profissional e acadêmico.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Christian Nunes da Silva, por me fornecer os subsídios acadêmicos necessários para a produção deste trabalho, me dando o prazer de dividir com ele este momento célebre em minha vida.

Aos professores do PPGEIO, pelos conhecimentos teóricos-científicos adquiridos e pela companhia produtiva durante a vida acadêmica.

Aos meus colegas de turma PPGEIO-2014, em especial aos meus amigos Michel Guedes e Darlene Costa, pela companhia e pelo crescimento teórico-acadêmico que adquirimos juntos.

Aos meus amigos Prof. Me. Adolfo de Oliveira Neto e o Pro. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues, por acreditarem que este sonho era possível na vida.

Ao GAPTA, por contribuir de maneira significativa com as ferramentas necessárias para a produção teórica e prática dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa.

À família da amiga e irmã em Cristo D. Raimunda Miranda que sempre nos acolheu em sua residência, possibilitando uma estadia tranquila e segura durante a permanência em campo.

Aos pescadores da Vila de Cachoeira que sempre nos receberam com especial carinho e atenção, dispensando tempo às nossas conversas e vivência durante o tempo em que a pesquisa se realizou.

À direção da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, na pessoa do Sr. Walter Santos, pelo apoio nas articulações entre os pescadores, Colônia dos Pescadores (Z4) e o gestor do ICMBio, no tocante à realização das atividades realizadas em campo onde houve a necessidade desta integração.

Ao gestor do ICMBio, responsável pela gerência da RESEX Mocapajuba Sr. Waldemar Vergara Filho, em atender as solicitações e encaminhamentos para

aquisição das informações relacionadas ao acordo de gestão e uso do território, através das ações propostas pela RESEX para o município de São Caetano de Odivelas.

À direção da Colônia dos Pescadores (Z4), que também dispensou tempo precioso durante as entrevistas e oficinas realizadas.

Aos bolsistas do GAPTA, Thiago Vilhena, Hugo Pinon e Joandreson Lima, pela dedicação e apoio na realização das oficinas de cartografia e na construção dos mapas.

Aos policiais Josué Zeferino das Chagas e José Maria Luz de Oliveira, comandantes do destacamento da Polícia Militar e do Policiamento Fluvial de São Caetano de Odivelas, pelo apoio e atenção para realização da excursão ao território de pesca no rio Mojuim.

É meu agradecimento maior a Deus, Criador dos céus e da terra, do mundo e de tudo o que nele há. Pois, de Deus nasce tanto o querer, quanto o realizar. A Ele, seja a glória, a honra e o louvor. Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas, eternamente.

Aleluia!

RESUMO

Estudar a organização da atividade pesqueira e da articulação dos pescadores artesanais numa perspectiva socioespacial é trazer estas problemáticas para o campo geográfico. Considerando, sobretudo, a discussão do território e das territorialidades; entendendo o território enquanto uma categoria de análise da Geografia, capaz de incorporar os interesses antagônicos dos agentes atuantes em dadas frações do espaço, bem como as relações de poder que aí se estabelecem, como elementos centrais na análise do processo de territorialização dos grupos sociais. É assim que a dinâmica da atividade pesqueira tem sido marcada por lutas e conflitos desafiadores para a vivência daqueles que dependem da pesca. O certo é que a territorialidade dos pescadores tem sido norteadada por arranjos que balizam sua relação com a pesca e os recursos que dela emanam. Neste sentido, esta pesquisa compreende um estudo acerca de como a pesca artesanal influencia a dinâmica socioterritorial da comunidade de Cachoeira, no município de São Caetano de Odivelas, por indicar a maior concentração de famílias de pescadores no município; bem como analisa o modelo de gestão do território de pesca no que se refere à exclusão e inclusão de usuários nos arranjos locais, no manejo dos recursos pesqueiros. Foram adotadas metodologias como entrevistas informais e entrevistas estruturadas e semiestruturadas, subsidiadas com a metodologia da cartografia social, além de observação direta *in locu*, com o fim de estimular a interação e integração entre o pesquisador e os membros envolvidos na pesquisa. Assim, foi possível identificar, descrever e analisar os arranjos e normas elaboradas pelos pescadores da Vila de Cachoeira para os Acordos de Pesca, considerando o manejo dos recursos naturais, conhecendo de perto a realidade local, sua estrutura organizacional, suas representatividades e sua dinâmica em relação com o território de uso e sua relação com a sociedade que o cerca e a natureza. Permitindo afirmar que a dinâmica da pesca artesanal no território normado é composta por especialidades formadas pela relação de poder, próprias da territorialidade, e é assim que os pescadores da Vila de Cachoeira vivem a luta de territorializar-se em confronto com a influência que os agentes dominantes exercem sobre o território.

Palavras-Chave: Território. Territorialidade. Acordo de Pesca. Excluibilidade.

ABSTRACT

Studying the organization of fishing activities and the articulation of the artisanal fishermen in a socio-spatial perspective is to bring these problems to the Geographic field. Considering the discussion of the territory and territorialities, understanding the territory as a category of geographical analysis capable of incorporating the antagonistic interests of agents acting in given fractions of space as well as the power relations that are established as central elements in the analysis of the process of territorialization of groups social. That is how the dynamics of fishing activity has been marked by struggles and conflicts that are challenging for those who depends on fishing. The fact is that the territoriality of fishermen has been guided by arrangements that guide their relationship with fishing and the resources that emanate from it. Accordingly, this research includes a study about how artisanal fishing influences the socio-territorial dynamics of Cachoeira community in São Caetano de Odivelas, and indicating the highest concentration of fishing families in the municipality, as well as analyzes the management model fishing territory with regard to the exclusion and inclusion of users in local arrangements in the management of fisheries resources. The methodologies were adopted as informal interviews and structured and semi-structured interviews, subsidized with the methodology of social cartography, in addition to direct observation in loco, in order to encourage interaction and integration between the researcher and the members involved in the research. Thus, it was possible to identify, describe and analyze the arrangements and standards developed by fishermen, at Vila de Cachoeira, for fishing agreements considering the management of natural resources, close to knowing the local reality, its organizational structure, its representativity and its dynamics in relation to the use of territory and its relationship with the society and nature that surrounds it. Corroborating that the dynamics of artisanal fisheries in a normed territory is composed of specialties formed by power relationship of own territoriality, and that's how fishermen of Vila de Cachoeira live the fight to territorializing themselves in a confrontation with the influence that the dominant agents have on the territory.

Keywords: Territory. Territoriality. Fisheries Agreement.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização do município de São Caetano de Odivelas	43
Mapa 2 - Carta imagem da Vila de Cachoeira	53
Mapa 3 - Território e territorialidades dos pescadores da Vila de Cachoeira	90
Mapa 4 - Pesca e conflitos no território de pesca na Vila de Cachoeira.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de lista das espécies de pescados comercializados no município de São Caetano de Odivelas	49
Quadro 2 - Quadro de classificação e valores do comércio do grude	58
Quadro 3 - Esfera de produção e do trabalho da pesca artesanal em São Caetano de Odivelas e na Vila de Cachoeira.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atividades econômicas realizadas pelos pescadores.....	61
Gráfico 2 - Modalidade de trabalho de pesca.....	62
Gráfico 3 - Renda mensal dos pescadores.	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Folia de Rua.....	45
Figura 2 - Boi de Máscara	45
Figura 3 - Monumento em homenagem aos pescadores.	46
Figura 4 - Placa do monumento em homenagem aos pescadores.....	46
Figura 5 - Embarcações pesqueiras utilizadas no município de São Caetano de Odivelas - Montaria.	47
Figura 6 - Embarcações pesqueiras utilizadas no município de São Caetano de Odivelas - Canoa motorizada.	47
Figura 7 - Embarcações pesqueiras utilizadas no município de São Caetano de Odivelas.	48
Figura 8 - Praça da Vila de Cachoeira.	53
Figura 9 - Ruas da Vila de Cachoeira.	53
Figura 10 - Ruas da Vila Cachoeira	53
Figura 11 - Comércio na Vila de Cachoeira	54
Figura 12 - Comércio na Vila de Cachoeira	54
Figura 13 - Grandes moradias.....	55
Figura 14 - Grandes moradias	55
Figura 15 - Pequenas moradias.	57
Figura 16 – Pequenas moradias	57
Figura 17 - Casas coletivas para consertos de petrechos de pesca.....	58
Figura 18 - Porto comunitário.....	58
Figura 19 - Frente e área externa do mercado municipal.....	59

Figura 20 - Frente e área externa do mercado municipal	59
Figura 21 - Fábrica de gelo.	60
Figura 22 - Comércio do pescado direto do pescador.....	60
Figura 23 - Porto da Vila de Cachoeira	60
Figura 24 - Pequenos portos próximos à Vila	61
Figura 25 - Construção de petrechos de pesca	61
Figura 26 - Marinas particulares para locação	70
Figura 27 - Marinas particulares para locação	70
Figura 28 - Excursão pelo Rio Mojuim	73
Figura 29 - Excursão pelo Rio Mojuim	73
Figura 30 - Rio Mojuim na Vila de Cachoeira	74
Figura 31 - Rio Mojuim na Vila de Cachoeira	74
Figura 32 - Marina particular às margens do Rio Mojuim	74
Figura 33 - Rede hoteleira e pousadas às margens do Rio Mojuim	75
Figura 34 - Rede hoteleira e pousadas às margens do Rio Mojuim	75
Figura 35 - Barco de pesca esportiva.....	75
Figura 36 - Barco de pescador ribeirinho.....	75
Figura 37 - Barco de pesca de pequeno porte saindo da Vila de Cachoeira.....	76
Figura 38 - Barco de pesca de pequeno porte saindo da Vila de Cachoeira.....	76
Figura 39 - Pescador de curral em seu território de pesca.....	77
Figura 40 - Pescador de curral em seu território de pesca.....	77
Figura 41 - Barcos de pesca ribeirinha	77
Figura 42 - Oficina de cartografia	88
Figura 43 - Construção do mapa participativo pelos pescadores	88
Figura 44 - Construção do mapa participativo pelos pescadores.....	88
Figura 45 - Porto da Vila de Cachoeira.....	93
Figura 46 - Porto comunitário da Vila de Cachoeira.....	93
Figura 47 - Porto da sede municipal	93

LISTA DE SIGLAS

BPP -Barco de Pequeno Porte

CAM -Canoa Motorizada

CEPNOR -Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte

IBAMA -Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MON -Montaria

PPGEO -Programa de Pós-Graduação

RESEX -Reserva Extrativista

UFPA -Universidade Federal do Pará

ICMBIO -Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

PRONAF -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar

RPG -Registro Geral de Pesca

GAPTA -Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente da Amazônia

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. TEÓRICO CONCEITUAL: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES .	20
1.1. Territórios e excluibilidade.....	26
CAPÍTULO 2. ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA PARAENSE E ACORDOS DE PESCA.....	32
2.1. Territórios e excluibilidade na Amazônia Paraense	39
CAPÍTULO 3. CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO.....	43
3.1. Grupamento de polícia fluvial	50
3.2. Perfis dos entrevistados	61
CAPÍTULO 4. ACORDOS DE PESCA: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO	64
4.1. Tipos de conflitos no estuário de São Caetano de Odivelas que interferem diretamente na consolidação dos Acordos de Pesca	68
4.1.1. Pesca artesanal e pesca ribeirinha X pesca esportiva.....	69
4.1.2. Pesca artesanal e ribeirinha X especulação imobiliária	71
4.1.3. Pesca artesanal X esgotamento dos estoques pesqueiros.....	77
CAPÍTULO 5. ACORDANDO NA CACHOEIRA: INSERINDO E EXCLUINDO PESCADORES	79
5.1. Oficinas de mapeamento participativo	85
5.2. Uma análise do processo de construção dos Acordos de Pesca e das novas territorialidades	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	107

INTRODUÇÃO

O Nordeste do Estado do Pará se caracteriza por apresentar uma diversidade em relação à sua morfologia e vegetação, em especial na zona costeira, na qual as áreas estuarinas se destacam por apresentar uma cobertura vegetal com predomínio de mangues, seguidos de campos alagados e restingas (BRASIL, 2014).

Neste cenário, destaca-se a microrregião do Salgado, uma das microrregiões do estado do Pará pertencente à mesorregião Nordeste Paraense. Sua população foi estimada pelo IBGE (2010) em 238.830 habitantes e está dividida em onze municípios: Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia. Possui uma área total de 5.784,561km².

A pesquisa em questão foi desenvolvida no município de São Caetano de Odivelas/PA, mais precisamente na comunidade ribeirinha Vila de Cachoeira, que está localizada a 5 km da sede do referido município, tendo como principal fonte econômica a pesca e a exportação de caranguejo. É sobre esta perspectiva que os pescadores da Vila de Cachoeira vivem e constroem sua territorialidade, tendo a pesca como um importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população.

Dada a sua localização geográfica que lhe favorece por ser um município litorâneo, a pesca no município assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas para fora do município. É assim que a captura do pescado no município representa uma das principais atividades econômicas na região. A maioria das famílias depende dela para viver, por isso o peixe é bastante valorizado pelos trabalhadores da pesca.

Em São Caetano de Odivelas, o acesso dos pescadores ao território de pesca e aos recursos pesqueiros acontece livremente, “o mar é de todos” costumam dizer os pescadores, mas tem sido esta a origem dos maiores conflitos existentes na dinâmica pesqueira ali materializada, pois, é comum relatos de queixas do uso desordenado do território de pesca e da retirada do pescado, sem o devido respeito

do período de reprodução, da quantidade de pescado a ser capturado, do tipo e tamanho dos instrumentos de pesca a serem utilizados.

Devido a esta situação é perfeitamente compreensível a incidência dos conflitos que vêm ocorrendo constantemente na dinâmica territorial pesqueira na Vila de Cachoeira, que vai desde a disputa pelo território de pesca, pelos recursos pesqueiros, até a vulnerabilidade que o pescador enfrenta com os perigos do mar, arriscando até a própria vida diante da insegurança que permeia a dinâmica da atividade pesqueira.

Diante disso, as lutas no cotidiano do pescador em São Caetano de Odivelas e na Vila de Cachoeira, um dos principais fornecedores de pescado da região, têm revelado a necessidade urgente de se estabelecer novos parâmetros para a gestão do uso dos recursos pesqueiros em seu território de pesca. Surge, então, a necessidade de organização e formulação de um instrumento legal, que venha regular uma proposta coletiva e participativa sobre o uso dos recursos pesqueiros e o ordenamento territorial das áreas de pescas.

Nesta perspectiva, a Colônia dos pescadores de São Caetano de Odivelas (Z4) e a Reserva Extrativista Marina Mocapajuba buscam implementar o Plano Gestor para a geração dos estudos prévios a respeito dos Acordos de Gestão, onde estão sendo elaborados os meios para a normatização e regulação do território de pesca dos pescadores do município de São Caetano de Odivelas, incluídos os da Vila de Cachoeira, já que usam o mesmo território. E assim, baseados nos estudos de reconhecimento da realidade pesqueira das comunidades envolvidas, traçam-se os principais mecanismos e critérios que norteiam a construção dos Acordos de Pesca.

Desta forma, o foco nodal da pesquisa paira sobre a análise da dinâmica territorial dos pescadores artesanais, para levantar informações a respeito do uso do território, com o intuito de adquirir subsídios para a elaboração de um mapa síntese, contendo as informações cartográficas de suas territorialidades na pesca e em outras atividades que sofrem a influência da pesca, envolvendo informações referentes aos territórios de conflito, locais de maior incidência das espécies capturadas, tipos de pescados, etc.

E mais, buscamos estudar a cadeia produtiva da pesca artesanal, suas características e sua dinâmica na vida dos pescadores artesanais da comunidade de

Cachoeira, já que esta indica a maior concentração de famílias de pescadores no município, buscando com isso verificar quais os conflitos existentes em relação ao uso do território dos pescadores artesanais, bem como analisar o modelo de gestão do território de pesca no que se refere à exclusão e inclusão de usuários nos arranjos locais, no manejo dos recursos pesqueiros ali pensados. Procurando saber, também, qual a influência que os acordos de pesca exerceram na territorialidade dos pescadores artesanais destas comunidades.

Neste sentido, esta pesquisa partiu das seguintes interrogações: Como se dá o uso e apropriação do território pesqueiro na Vila de Cachoeira? Qual a importância da pesca para a população local e para a constituição de sua dinâmica territorial? Como estão sendo construídos os Acordos de Pesca entre os pescadores? Quais os atores incluídos e excluídos no processo de manejo dos recursos pesqueiros e no acesso ao território de pesca dos mesmos? Que tipo de conflitos e quais as áreas com maior incidência de conflitos na territorialidade dos pescadores? E por fim: Como a pesca artesanal estrutura a dinâmica territorial da comunidade de Cachoeira, no município de São Caetano de Odivelas?

E para pensar a Vila de Cachoeira, utilizamos como variáveis de explicação o uso do território, territorialidade e excludibilidade que serão demonstrados com o uso da cartografia social, como instrumento de representação do território. Para fazermos tais discussões e pensar o território na Vila de Cachoeira, dentro destas categorias analíticas, a revisão bibliográfica será fundamentada principalmente nas concepções trazidas por Sack (1986), Raffestin (1993) e Saquet (2005/ 2013), além de outros autores que serão introduzidos no debate teórico e sua confrontação com o mundo concreto.

Quanto ao método de interpretação, fizemos uso da pesquisa qualitativa subsidiada pelos fundamentos do materialismo histórico dialético, por entendermos que a compreensão de uma realidade, dentro do contexto capitalista, se constitui em contradições que lhes são inerentes e tal método se mostra salutar, também, na compreensão do processo histórico decorrente deste movimento. Contudo, o enfoque qualitativo será uma prioridade, sobretudo na análise dos Acordos de Pesca e Gestão dos Recursos Naturais no que se refere à inclusão e exclusão de usuários.

A pesquisa está subsidiada com uma metodologia que inclui levantamento de referencial teórico e bibliográfico, pertinentes e necessários à realização da mesma;

levantamento documental e de dados referentes à pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas; levantamento de dados primários e informações elementares, através de questionários e entrevistas com representantes da comunidade local; observação participante, entrevistas livres e registros de práticas cotidianas através de imagens fotográficas; entrevista coletiva para registro da visão ampla da comunidade, sobre as questões relativas à captura do pescado e seu território de pesca em Cachoeira e as relações com o uso do território e a construção de sua territorialidade de pesca.

Além do mais, foram levantados dados secundários sobre os principais trabalhos publicados sobre o tema estudado, a fim de se obter informações atuais e relevantes à pesquisa, principalmente as que envolvem a política da pesca artesanal, a dinâmica da pesca na Amazônia paraense e em São Caetano de Odivelas, com consultas a livros, periódicos, documentos oficiais, relatórios e atas das assembleias da Colônia dos Pescadores do município e Conselho da Pesca, entre outros.

E para identificar, descrever e analisar os arranjos e normas elaboradas para os Acordos de Pesca, considerando o manejo dos recursos naturais, foram adotadas metodologias como entrevistas informais e entrevistas estruturadas e semiestruturadas, além de observação direta *in locu* com a participação nas reuniões onde estão sendo discutidos os procedimentos para a elaboração dos Acordos de Pesca e os encaminhamentos para sua efetivação.

Assim, foi possível conhecer de perto a realidade local, sua estrutura organizacional, suas representatividades e sua dinâmica em relação com o território de uso e sua relação com a sociedade que o cerca e a natureza, entre outros elementos essenciais observáveis para a concretização desta pesquisa.

Por fim, este trabalho utilizou os fundamentos da cartografia social e do mapeamento participativo, como instrumentos para a representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da Vila de Cachoeiras, levando em consideração a compreensão de como é realizada a utilização destes recursos por parte dos pescadores, culminando no mapeamento dos territórios de conflitos e dos espaços nos quais são retirados os recursos, indicando a cartografia social como instrumento fundamental para o reconhecimento e gestão do território e como contribuinte para o plano de manejo.

Para isso, foram realizadas oficinas de mapeamento junto aos pescadores da Vila, através da metodologia da cartografia participativa, utilizando o conhecimento local para a elaboração de mapas com as informações de como a comunidade utiliza e reconhece o território, pautada num contexto relacional, ou seja, sendo produto de um cotidiano interativo do sujeito que mapeou seu próprio território.

E, seguindo a proposta metodológica da pesquisa, as atividades desenvolveram-se da seguinte maneira:

Entrevista com a gerência da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba na sede da mesma, que funciona junto ao prédio da Colônia de Pescadores do município de São Caetano de Odivelas - Z4, no sentido de adquirir informações sobre a criação da RESEX, Gestão e Plano Gestor para o manejo dos recursos pesqueiros e o cronograma das atividades para elaboração dos Acordos de Pesca.

Entrevista com a direção da Colônia de Pescadores - Z4, para ouvir sobre a gerência, o funcionamento da Colônia e a participação dos pescadores da Vila de Cachoeira na dinâmica administrativa e associativa da referida Colônia, bem como dados estatísticos, sociais e econômicos sobre a pesca artesanal no município e na Vila de Cachoeira.

Entrevista com o agente comunitário da Vila de Cachoeira para aquisição de dados referentes à fundação e formação da vila, moradias, índices populacionais, econômicos, sociais, educacionais e de saúde, entre outros.

Reunião com o gestor do ICMBio, para viabilizar o envolvimento nas atividades relacionadas à elaboração e efetivação do Plano Gestor. Além da articulação e metodologia para a realização das oficinas de cartografia participativa, realizadas com os pescadores da Vila de Cachoeira.

Entrevista com o comandante do policiamento militar, responsável pelo gerenciamento do Grupamento Fluvial, buscando saber sobre os riscos do mar e as ocorrências, mais comuns, de conflitos e vulnerabilidades vividos pelo pescador em seu território de pesca e quais as medidas tomadas no que se refere à coibição, prevenção e proteção do território de pesca.

Reunião com o comandante do Destacamento da Polícia Militar em São Caetano de Odivelas, onde foi solicitada a utilização da lancha do Grupamento Fluvial para participar de uma de suas atividades de navegação no estuário do rio

Mojuim, que compreende o território de pesca de São Caetano de Odiveiras e da Vila de Cachoeira.

Participação nas reuniões para o planejamento da metodologia a ser utilizada na construção do Plano Gestor, no que se refere ao envolvimento dos atores sociais relacionados com a pesca e a elaboração dos Acordos de Pesca.

Entrevistas com os pescadores da Vila de Cachoeira para saber sobre sua dinâmica territorial, sua relação com a pesca, sua territorialidade, seu ponto de vista sobre os Acordos de Pesca, entre outros aspectos da vida destes relacionados com a pesca.

A partir da proposta metodológica para o mapeamento do território de pesca, foram realizadas oficinas de cartografia participativa com a participação dos pescadores da vila de Cachoeira, o gestor do ICMBio, a direção da RESEX Mocapajuba e da Colônia de Pescadores do município.

Vale ressaltar que todas as imagens fotográficas apresentadas foram adquiridas durante a permanência nos campos e vivência no ambiente da pesquisa. Estiveram envolvidos 38 entrevistados que serão representados aqui pelo número que indica sua ordem cronológica durante a realização das entrevistas.

E assim, efetiva-se esta pesquisa, tendo como categorias geográficas o território pensado a partir de seu uso, da vivência e das territorialidades que dele emanam, considerando o conceito de excludibilidade na abordagem do acesso, da gestão, do uso do território e do direito à utilização dos recursos naturais. Estando dividida em quatro capítulos.

O primeiro, intitulado de **TEÓRICO CONCEITUAL: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES** que trata sobre as questões teóricas, categorias e conceitos que fundamentam esta pesquisa, considerando diferentes abordagens do território e territorialidades, no intuito de apontar alguns caminhos para esta pesquisa, na busca de fundamentação conceitual para as abordagens teóricas aqui discutidas. Além do debate sobre gestão dos recursos naturais, território e excludibilidade.

No segundo capítulo, com o título **TERRITÓRIO E ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA PARENSE**, composto pelo debate que considera a atividade pesqueira na Amazônia e Acordos de Pesca relacionados à dinâmica da pesca artesanal na Amazônia, baseado nos estudos de Lourdes Furtado, David Macgrath, Diegues, Christian N. da Silva, entre outros autores com pesquisa na área.

Concluindo com a discussão relacionada ao tema território e excludibilidade na Amazônia.

O terceiro capítulo, **CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO**, visa inicialmente reconstruir – para fins de contextualização – a trajetória histórico-geográfica do município de São Caetano de Odivelas e como a Vila de Cachoeira tornou-se a principal fornecedora do pescado no referido município e então poderemos compreender como, ao longo deste processo, se deu o uso do território e de seus recursos. Esta contextualização irá contribuir para melhor entender, na atualidade, a forma de apropriação material e imaterial do território.

O quarto capítulo tem como título **CONSTRUINDO OS ACORDOS DE PESCA NA COMUNIDADE DE CACHOEIRA: A INSERÇÃO E A EXCLUSÃO DE USUÁRIOS**. Neste ponto a pesquisa versa sobre a experiência de campo, refletindo os resultados obtidos, análise dos dados e a materialização teórica dos apanhados através da proposta metodológica sugerida para esta pesquisa, bem como a elaboração do mapa síntese gerado a partir das oficinas de cartografia participativa. Além de refletir sobre a construção dos Acordos de Pesca no uso do território dos pescadores na Vila de Cachoeira, enfatizando a discussão no que tange ao debate que gira em torno do tema: Inserindo e excluindo pescadores.

Seguem-se as considerações finais apresentando a análise das territorialidades dos pescadores artesanais relacionadas ao uso do território de pesca e sua organização no espaço, considerando o acesso e a excludibilidade dos mesmos em relação ao uso dos recursos em seu território.

CAPÍTULO 1. TEÓRICO CONCEITUAL: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Este capítulo trata de diferentes abordagens do território e territorialidades, no intuito de apontar alguns caminhos para esta pesquisa, na busca de fundamentação conceitual para as abordagens teóricas aqui discutidas a partir das considerações de Robert Sack, Claude Raffestin e Marcos Saquet.

Robert Sack, em sua obra traduzida para o Brasil, *Territorialidade Humana: sua teoria e história* (1986), apresenta uma discussão importante sobre território e territorialidade, apontando pontos relevantes, destacando, sobretudo, a diferença entre territorialidade humana e animal, a dimensão do território e a temporalidade dos territórios. Para o autor, a territorialidade humana se dá diante das necessidades dos agentes num dado território, mediada por estratégias de ações de acordo com os seus interesses, diferente dos animais que constroem sua territorialidade baseada simplesmente nos seus instintos biológicos. Quanto à dimensão, afirma que os territórios não possuem uma dimensão fixa, que variam de tamanho, podendo até ser móveis, a exemplo do que se passa nos navios de várias nacionalidades. Quanto ao tempo, estes também possuem variáveis, um território pode existir num dado momento e num dado momento deixar de existir, ou simplesmente não existir.

No caso da territorialidade, é válido destacar a consideração feita pelo autor que sob seu ponto de vista, indica que “a Territorialidade forma um cenário para as relações espaciais humanas e as concepções do espaço, a territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras” (SACK, 1986, p. 29). E continuando seu raciocínio, Sack verifica que:

As pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Ao invés disso, a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultados da influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária do poder (SACK, 1986, p. 30).

É deste modo que a territorialidade age como um container ou molde para as propriedades espaciais dos eventos. Como o fato de que a influência e a autoridade de uma cidade, embora se espalhe à distância, é legalmente afirmada por suas fronteiras políticas. É quando o território se torna o objeto ao qual outros atributos

estão afirmados, como no caso do território político que se torna a unidade a receber a ajuda federal (SACK, 1986).

E desta forma, a territorialidade é apontada como a expressão geográfica básica da influência e do poder que oferece uma ligação essencial entre a sociedade, o espaço e o tempo. Sendo a territorialidade o pano de fundo do contexto geográfico, o aparelho através do qual as pessoas constroem e mantêm as organizações espaciais (SACK, 1986). E mais, “a Territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criar e manter a ordem, mas é um mecanismo para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e damos sentido a ele” (SACK, 1986, p. 258).

E alerta que justamente pelo fato de que territórios são formas construídas socialmente de relações espaciais e que seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quê propósitos, é que “a tarefa da Teoria da Territorialidade é descobrir os possíveis efeitos da territorialidade em níveis que são ao mesmo tempo gerais o suficiente para englobar suas muitas formas, e também específicos o suficiente para iluminar seus exemplos particulares” (SACK, 1986, p. 254).

Para outro autor, Claude Raffestin:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza, como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Neste sentido, Raffestin (1993, p. 44) considera o território como sendo este “um espaço onde se projetou um trabalho, ou seja, uma energia e informação, e por conseqüências revela relações marcadas pelo poder”. A partir disso, constituídas pelas relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade, surge a territorialidade, que como bem enfatiza o autor, não deve ser vista como uma mera ligação com o espaço geográfico, e afirma que “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1983, p. 161). E esclarece que território e espaço geográfico não é a mesma coisa, “o espaço antecede o território”, mas é sobre ele que o território é organizado.

É de se observar que quando Raffestin (1993) reflete sobre o papel do poder e sua ligação com o território, indica-o como sendo este o que promove dominação e

controle, ao escrever: “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Nisto podemos dizer que existe uma voz de comando e outra de relativa obediência, ou seja, aqueles que exercem a força e aqueles que recebem o comando, que vem através de uma relação social movida pela autonomia daquele que mantém o comando, ou seja, que domina, o chamado ator sintagmático, apontado pelo autor como aquele que realiza uma ação, neste caso uma ordem, um controle.

A isso, Raffestin (1993) atribui não só ao Estado/Governo os que exercem controle e dominação, mas também para outros agentes, podendo ser uma organização ou mesmo um indivíduo, havendo sempre, em qualquer segmento, um balizador das ações de outros agentes.

No que se refere às considerações de Marcos Saquet (20013), o mesmo ressalta que é importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaremos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, acrescenta que o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder, que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. E chama a atenção para o fato de que tal delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Da mesma forma como as relações cotidianas, que produzem tradições, permanências e mudanças, unidade, no tempo e no espaço. Relações que são registradas pela memória individual e coletivamente. E tal identidade é processual e relacional, constitui-se historicamente, fruto e condição da territorialização, em que há relações multiescalares, totalizantes, desigualdades e diferenças, contraditoriamente (SAQUET, 2005).

Diante disso, vale considerar a dinâmica relacional entre território e identidade, tendo em vista que para o autor, uma construção de território produz identidades e a construção da identidade produz o território, que se forma a partir de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais.

Assim:

A própria territorialidade é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre sujeito com a natureza exterior. Há uma relação íntima entre território e identidade como há uma reciprocidade entre apropriação e produção territorial. São processos simultâneos, complementares, enfim, movimento (SAQUET, 2005, p.7).

Desta forma, o território funda-se na diversidade e na unidade, heterogeneidade, desigualdades e diferenças, como aponta Saquet (2013). Para o autor, tais contradições é que condicionam o movimento interior e exterior do território, sendo o território processualidade e totalidade, singularidade e universalidade, diversidade e identidade, entendida como produto de interações recíprocas de relação, no âmbito da economia, política, cultura e natureza (SAQUET, 2005). E mais, “o território é materialidade e imaterialidade ao mesmo tempo, não apenas substrato ou forma nas relações sociais, há uma unidade concreta abstrata no e do território que precisa ser abstraída” (SAQUET, 2005, p. 38).

Marcos Saquet quando chama atenção para a observação central no trato simultâneo da apropriação e produção territorial, que segundo ele, ligam-se condicionalmente numa relação política, econômica e cultural, material e simbólica e indenitária, destaca as considerações de Claude Raffestin quanto ao exercício do poder na efetivação do território, sendo este o balizador das ações que configuram o território. “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Indicando que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). E são, segundo Saquet, “essas relações que cristalizam o território e as múltiplas territorialidades” (SAQUET, 2005, p. 21).

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas e grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

No que se refere ao conceito de territorialidade, Saquet (2005) entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos, relações, delimitando e efetivando o

controle sobre uma área. Sendo apontada como uma expressão geográfica do exercício do poder em certa área, território, através do condicionamento de comportamentos.

É o mesmo que para Robert Sack, que define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, concretando assim, seu território” (SACK, 1986, p. 19). E mais, “a Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área” (SACK, 1986, p. 6).

Raffestin (1993), ao destacar o caráter político do território, considera que Território é um espaço que se modifica pelo trabalho, revelando com isso relações de poder que pode ser vivenciado em qualquer escala de relações ou lugar.

Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (...) em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

A respeito disso, Saquet (2005) corrobora a teoria de Raffestin, quando diz que o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica, segundo o autor, a cristalização de uma territorialidade ou de territorialidades no espaço, a partir de diferentes atividades cotidianas.

Assim como para Sack, quando afirma que “a Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo” (SACK, 1986, p. 6). Raffestin (1993) ressalta que tais relações se configuram na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações de poder, nas práticas espaciais constituintes do território, denominando essa dinâmica de sistema territorial, sendo esta, resultado das relações de poder do Estado, das empresas, de outras organizações e dos indivíduos.

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. (...) O sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos autores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarretam para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993, p. 150),

A isso, Sack (1986) considera que na configuração do território, quando uma determinada área é utilizada por alguma autoridade para influenciar, moldar ou controlar atividades ou indivíduos, esta pode estar dentro ou fora da área do território. E Raffestin ainda acrescenta a existência de um sistema de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente que “permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios” (RAFFESTIN, 1993, p.151).

Pode-se dizer então que tanto para Sack, quanto Raffestin e Saquet, “todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). E que em sua dimensão, “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Baseado nas concepções de Sack e Raffestin, Marcos Saquet (2013) considera que a territorialidade humana e seu substrato material, com todas as características naturais e as socialmente criadas são termos que encerram uma única assertiva – resultam de relações sociais desenvolvidas entre os diferentes agentes, mediadas pelo poder e projetadas numa dada porção do espaço geográfico que se torna território. No entanto, adverte que se da parte de um agente hegemônico, que se insere numa dada porção do espaço geográfico e entra em relações com os demais agentes existentes, não houver uma intenção sistemática de reproduzir o território específico durante uma fração de tempo relativamente duradoura, o mesmo somente irá durar o tempo de cessar a energia que o fez surgir.

Raffestin (1993, p. 58) deixa evidente a relação que há entre poder e território quando diz: “O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]”. O mesmo que, Sack (1986, p. 30) ao relacionar poder e territorialidade verifica que as relações espaciais humanas são resultado da influência e poder: “A territorialidade é a forma espacial primária do poder”. Por fim, Saquet (2013) afirma que a relação de poder é essencial para o conceito de

território. Nisso, torna-se indispensável considerar território e poder como elementos essenciais na realização de estudos envolvendo a temática.

Baseados nestes pressupostos, podemos afirmar que um estudo geográfico que considera a categoria de território, deverá, antes de tudo, compreendê-lo como resultado da relação entre sociedade e natureza, onde a integração mediada pelo trabalho é estabelecida através de domínio e apropriação efetivados pelo exercício do poder como força motriz para o controle do território, bem como, a configuração de territorialidades que se constrói no exercício prático de atores que produzem ações num dado território, com eventos que são constituídos diariamente, dentro de uma lógica produzida por anseios e necessidades.

1.1. Territórios e excludibilidade

Um dos fatores mais relevantes quando se fala de uso do território, principalmente às populações pesqueiras, reside na preocupação com o uso dos recursos naturais. Preocupação esta que vem há muito tempo permeando a realidade expressa nas questões que envolvem a gestão dos recursos.

E preocupado com a escassez dos recursos e a distribuição dos bens públicos, é que Garrett Hardin, em sua clássica obra “A Tragédia dos Comuns”, preocupa-se com um possível esgotamento dos recursos naturais se estes continuassem sendo utilizados de forma exploratória, na qual culminaria no que ele denominara de tragédia dos comuns.

Dado isso, é que Hardin (2002) indica como solução a conversão da propriedade comum em propriedade privada e que sejam instituídas normas governamentais quanto ao uso dos recursos. A partir destas considerações, é válido afirmar que um produto de bem comum, onde todos tinham acesso, estaria agora sob a égide de normas governamentais, privados a uma determinada demanda de usuários. E com a justificativa de proteger perdas de recursos excessivos, estaria apontando para a exclusão de usuários em potencial.

Assim, excluir usuários estaria sendo a solução para que os recursos naturais não se esgotassem, mesmo que em detrimento à participação dos demais usuários, que ficariam sem acesso por não serem alcançados com os “padrões de tal legalidade”. No tocante a isso, vale lembrar o que Robert Sack diz: “O território pode

ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. E os indivíduos que exercem controle não precisam estar dentro do território. E é claro que eles não precisam estar próximos dele” (SACK, 1986, p. 21). Diante disso, pode-se materializar a territorialidade quando esta serve como “uma estratégia para se estabelecer diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações. Sua alternativa é sempre uma ação não territorial. E a ação não territorial é usada em qualquer caso para sustentá-la” (SACK, 1986, p. 21).

E sobre as considerações de Hardim, Feeny et al. (2001) apontam uma solução bem diferente quando procuram demonstrar através das experiências de diferentes grupos sociais, os resultados bem-sucedidos, segundo ele, na gestão dos bens comuns acessíveis aos mesmos, indicando nestas formas de gestão uma possibilidade para evitar a tragédia prevista por Hardim. E propõem a propriedade comunal, ou seja, de uso de bem comum como uma alternativa que vai além da propriedade privada e da regulação do Estado.

No entanto, vale ressaltar que, ao se falar de gestão, sobretudo, de recursos naturais e uso comum, significa considerar a ação de diferentes atores sociais e diferentes arranjos institucionais, ainda que em propriedade comum. É o que enfatiza Sack quando diz que “...as relações territoriais são necessariamente constituídas de contextos sociais (de uma maneira geral) nas quais algumas pessoas ou grupos estão reivindicando acesso diferencial a coisas e a outros” (SACK, 1986, p. 35), e ainda quando afirma que “...a Territorialidade é um produto do contexto social e o que quer que seja dito sobre isto, não importa o quão abstrato seja, pode ter implicações normativas afixadas a ela e desta forma nos levar de volta ao contexto social” (SACK, 1986, p. 35).

Baseado no pressuposto de que a propriedade comum historicamente é tida como passível de exaustão em face de ausência de controle no regime de acesso e uso de recursos, sucumbindo para um colapso em seu funcionamento, é que a saída imediata de Hardim (2002) insistia no discurso da privatização ou estatização dos recursos como forma de garantir a maior eficiência no seu controle. O que segundo Feeny et al. (2001), no que diz respeito aos Acordos de Pesca, dois processos seriam revelados a partir desta teoria: a excluibilidade e subtraibilidade, e baseados na definição do autor, excluibilidade está relacionada à dificuldade de se excluir usuários do uso de um bem e subtraibilidade, na quantidade de subtração que um

usuário exerce sobre o outro usuário, a partir do uso da propriedade e da disponibilidade do recurso. O que para o autor: "...O nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de outro usuário" (FEENY, 2001, p. 20).

De acordo com Feeny et al. (2001, p. 20-23), as categorias que norteiam as ações para a gestão e o uso dos recursos são conceitualmente definidas como:

- O regime de propriedade de livre acesso caracteriza-se pela ausência de direitos de propriedade bem definidos.
- O regime de propriedade privada que ocorre quando os direitos de exclusão de terceiros são delegados a indivíduos ou grupos.
- No regime de propriedade comunal os recursos são manejados por uma comunidade identificável e interdependente, que excluem os membros externos e regulam o acesso aos membros comuns.
- Por fim, o regime de propriedade estatal define-se por estarem alocados no governo os direitos de decisões de acesso e uso dos recursos. Os recursos de gestão comunitária incluem peixes, vida selvagem, recursos hídricos, pastagens e florestas.

Elinor Ostron (2001), em estudos sobre a organização e a colaboração das pessoas na gestão de recursos, também contradiz a tragédia prevista por Hardin quando propõe alguns princípios para o funcionamento do uso coletivo e produtivo do uso de bens comuns, entre estes princípios estão:

- A existência de um interesse comum em geral econômico.
- A possibilidade de se organizar e determinar regras para sua própria gestão de bem comum.
- O conhecimento dos recursos em questão.
- A ausência de um ator dominante que por si mesmo possa impedir a ação coletiva.
- A definição de um arranjo institucional, incluindo a definição clara de um sistema de recursos e de seus participantes.
- O monitoramento regular, as sanções gradativas contra desviantes e instância de fácil acesso para a resolução de conflitos.
- As atividades devem ser integradas num conjunto de regras gerais compatíveis com as normas e valores dos envolvidos.

E acrescenta que: “os bens comunitários podem ser não somente naturais como também artificiais”. E ressalta que “interesses isolados de certos grupos podem ser mais benéficos à economia e ao meio ambiente do que uma intervenção do Estado ou do mercado” (OSTROM 2001, p. 50).

Nisso, Feeny et al. (2001) ao indicar o regime de propriedade comunal como uma categoria relevante para o manejo de recursos comuns, adverte que se deve considerar que mesmo que a propriedade seja compartilhada, não se deve deixar de observar e dar devida atenção aos arranjos institucionais que regulam o uso e o acesso aos recursos.

Neste sentido vale ressaltar as palavras de Sack:

A Territorialidade pode ser usada para desviar a atenção da relação entre o controlador e o controlado no território. Como quando nós dizemos, é a lei da terra ou você não pode fazer isto aqui. Afirmções legais e convencionais do comportamento em territórios, são tão complexas e importantes e bem entendidas nos indivíduos bem socializados que, geralmente, se despreza tais afirmações e assim o território parece ser o agente do controle (SACK, 1986, p. 35).

Assim a excludibilidade está para o território como um signo, que através da regulamentação do uso dos recursos, imprime um caráter simbólico ao uso do território que limita, restringe, concentra, numa tentativa paradoxal de incluir. É o que afirma Sack (1986, p. 23): “uma pessoa pode criar uma fronteira, através de um gesto, tal como apontar; uma fronteira territorial pode ser somente a forma simbólica que combina uma afirmação sobre a direção no espaço e uma afirmação sobre a posse ou exclusão”.

Paralelo a isso, outras questões envolvem o debate sobre território e excludibilidade, em face disso está a discussão sobre o processo de globalização e modernização das sociedades. A saber, segundo Freitas e Seixas (2010, p. 5) “visando combater os efeitos perversos da globalização, vêm sendo desenvolvidas pesquisas sobre o fenômeno territorial do desenvolvimento”.

Na verdade, assim como em outras áreas do desenvolvimento humano, a globalização tem influenciado, sob os efeitos da modernidade na ação coletiva, o que para Freitas e Seixas (2010, p. 7) “afeta diretamente o problema da subtração e da excludibilidade na proposta do desenvolvimento territorial”. E alertam, “o problema da exclusão de potenciais usuários tende a aumentar com a globalização”.

A isso reforça Andion et al. (2006, p. 23): “Os estudos de desenvolvimento territorial defendem uma teoria de desenvolvimento de “baixo para cima”, onde as comunidades locais se mobilizam para valorizar suas especificidades diante de um processo de globalização crescente”.

Freitas e Seixas (2010, p. 9) salientam que:

Contrastando com os enfoques tecnocráticos presentes no desenvolvimento regional e no ordenamento territorial que estabelecem o espaço de planejamento, com base nas condições ambientais, o desenvolvimento territorial propõe que o território seja fruto de um projeto comum entre os atores. As relações de proximidade, os vínculos culturais e familiares e os recursos ambientais são chaves para a criação de ativos territoriais, passíveis de criar uma renda de qualidade territorial aos atores participantes deste projeto. Através desta modalidade de produção, o território passa a receber uma reputação, que reforça o sentimento de identidade com o lugar entre os sujeitos. Este não é um processo “dado”, mas construído, através do diálogo negociado entre os atores que compõem o território (FREITAS; SEIXAS, 2010, p. 9).

Para Brasil (2004, p. 56) “os laços de sociabilidade e as mobilizações na defesa de um território podem sustentar a construção de identidades coletivas e impulsionar a melhoria das condições de vida locais”.

Quanto às abordagens teóricas oferecidas pela escola dos recursos de propriedade comum e da teoria do Desenvolvimento Territorial, de acordo com Freitas e Seixas (2010, p. 9):

Estas apresentam elevado potencial de complementaridade na análise de sistemas socioecológicos. Ambas estão preocupadas em pautar um marco de governança baseado na participação ativa dos usuários dos recursos, a qual é chave para reverter os processos de exclusão e livre acesso gerado pela modernidade e a globalização.

Para Raffestin (1993, p. 150), “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade”. Nisto, a territorialidade dos pescadores pode se materializar em pontos diversos do território, com uma conexão com o espaço que vai além de uma simples relação com o ambiente onde vivem mediadas, sobretudo com a percepção que estes têm sobre o território e sobre quem media as ações sobre ele, como destaca Silva (2006, p. 40):

A percepção ambiental-territorial que os pescadores possuem do espaço não é somente o espaço vivido em si, pois além do espaço de moradia e de trabalho, a percepção territorial dos pescadores atribui a este espaço a

questão do poder, da ideia de posse do indivíduo, ou grupo de indivíduos, por determinada parcela do espaço.

Com base nos pressupostos aqui analisados pode-se destacar um ponto em comum entre eles, o fato de que a excluibilidade do território, ou seja, a exclusão de potenciais usuários, ou controle dos mesmos ao acesso e ao uso dos recursos naturais, é apontada como imediata possibilidade para o manejo dos mesmos.

Ao que indica excluir usuários parece ter sido, ainda que balizado por arranjos legais, o instrumento mais apropriado para o uso do território, principalmente quando a questão envolve o uso dos recursos naturais e neste sentido, vale lembrar as palavras de Robert Sack (1986), quando adverte que ao fazer uso do território, deve-se considerar o papel da territorialidade quanto à distinção entre quem controla e quem está sendo controlado.

De fato, algumas condições são necessárias para motivar e organizar os indivíduos na busca de resoluções comuns, no compartilhar de um bem ao se territorializarem num dado espaço geográfico. O que se tem na verdade é a discussão pelo direito de uso de um determinado território, que excluindo ao incluir, norteia as ações que os homens devem exercer ao se territorializarem.

CAPÍTULO 2. ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA PARAENSE E ACORDOS DE PESCA

Nas palavras de Gonçalves (2012), a Amazônia está associada à imagem de uma área de aproximadamente 7,5 milhões de Km², localizada na porção Centro-Oriental da América do Sul; cortada pelo Equador terrestre, com um clima quente e úmido; coberta por uma densa floresta tropical úmida; banhada por uma intrincada e intensa bacia hidrográfica que tem o rio Solimões - Amazonas como eixo principal; habitada por uma população rarefeita, constituída basicamente por populações indígenas ou caboclas e que abriga riquezas naturais incalculáveis. Diante disso, adverte que estudar a Amazônia já é um ato desafiador, habitar neste espaço é mais que um desafio, é manter um diálogo e uma convivência constante com a diversidade, com a pluralidade de uma dinâmica social, permeada por uma enorme gama de culturas e saberes que constroem e fundamentam a vida do homem amazônida.

De fato, por ser a Amazônia um ambiente plural devido à diversidade cultural, com representações sociais específicas e próprias do povo amazônida, estudá-la torna-se uma tarefa desafiadora à medida que vários aspectos da vida de quem divide este território precisa ser analisado, pensado e entendido à luz de uma teoria que considere a apropriação material e imaterial do território, pois, baseado na concepção de que território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. É “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi”. (SANTOS, 2007, p. 96). Dessa forma o território é compreendido como um conjunto de variáveis incorporado por uma população. Uma parcela do espaço cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

Vale ressaltar que a percepção que os indivíduos têm do ambiente em seu entorno reflete na forma de como estes modificam o espaço, conforme suas necessidades. Surge então a necessidade de discutir esta relação com o espaço, de como ele é percebido e possuído pelos seres humanos. Assim, o reconhecimento das territorialidades das atividades pesqueiras, bem como toda sua técnica e arte de

pesca e a apropriação dos recursos naturais em geral, formam seus costumes, cristalizando seus modos de vida e caracterizando os territórios de pesca (SILVA, 2012).

Por assim dizer, a territorialidade construída pelas comunidades de pescadores da Amazônia é baseada na socialização de um modo de viver, que é comum a todos os envolvidos na dinâmica dos que residem neste território, dividindo o mesmo espaço e participando dos mesmos meios de produção e apropriação do território.

Nas palavras de Lourdes Furtado:

Essa territorialidade que configura as comunidades costeiras dessa região é reconhecida como lugar comum de viver e de produzir para subsistência dos grupos domésticos e reprodução sociocultural. O produzir se efetiva através de unidades de produção fundada no trabalho familiar, nas relações de grupos de vizinhança que são valorizadas social e economicamente e, ainda, nas diferentes organizações de tripulações para o trabalho da pesca, coleta e agricultura insipiente (FURTADO, 2006, p. 115).

Santos (2005) ao caracterizar as configurações territoriais da Amazônia, ressalta que a hidrologia da bacia amazônica configura-se como um imenso complexo de rios, igarapés, lagos, canais e furos nos quais abriga cerca de 20,0% de toda água doce da Terra. Devido a isso, a pesca é apontada como uma das atividades mais importantes nesta região, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte.

No diálogo sobre a pesca na Amazônia, algumas considerações particulares merecem destaque, como a extensão territorial, o vasto litoral, a abundância de recursos hídricos, a biodiversidade animal e vegetal, entre outros fatores que favorecem a existência de um ambiente favorável para a dinâmica pesqueira nela desenvolvida. A saber, a atividade pesqueira na Amazônia é constituída no geral de pesca industrial e pesca artesanal, sendo esta predominante na maior parte dos rios amazônicos. Para a pesca industrial, geralmente, está incluído o uso de equipamentos específicos, que garantam uma maior capacidade técnica e embarcações com maior garantia de captação e tecnologia adequada para a captura e conservação do pescado.

Quanto à pesca artesanal, a mesma se caracteriza pela exploração de recursos pesqueiros, com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção

em baixa escala. Emprega, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações, tal como ocorre na captura de moluscos e crustáceos perto da costa.

Por ser uma atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, são utilizadas pequenas quantias de capital e o meio de produção é simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos (DIEGUES, 1983). Abdallah (1999) ressalta que a pesca artesanal é uma das atividades mais antigas do Brasil, gerando alimento e renda para milhares de famílias, sendo a principal fonte de recursos para muitos indivíduos, tanto no litoral, quanto no interior do continente.

Neste sentido, Neiva (1990), lembra que a atividade pesqueira até 1960 no Brasil era predominantemente artesanal, com a produção voltada para o mercado interno, sendo que a pesca industrial se incrementou durante a década de 1970 e, sua ênfase, destinava-se à exportação de pescado subsidiada por incentivos governamentais que possibilitaram o desenvolvimento de um parque industrial mais sofisticado.

Quanto à comercialização do pescado advindo da pesca artesanal na Amazônia, segundo Santos (2005) esta envolve uma complexa rede de agentes e relações econômicas, a partir do desembarque do pescado no porto ou ancoradouro onde surge a figura de agentes intermediários. Neste processo, críticas à parte, o autor destaca que a estrutura de remuneração imposta pelos agentes intermediários aos pescadores artesanais, “assume um papel importante, na medida em que se agregam as pequenas quantidades individuais produzidas pelo pescador artesanal e estabelecem o elo entre a produção e o consumo” (SANTOS, 2005, p. 68).

No que refere às despesas relacionadas à pesca artesanal, estas se diferenciam de acordo com o tipo de instrumentos utilizados, variando desde o tipo e tamanho de embarcações, que influenciam na capacidade do pescado a ser capturado e que dependem também do tipo de técnica utilizada, do tipo de pescado e do ambiente de pesca em que esta é realizada. A isso, Santos (2005) destaca dois tipos de custos e classifica-os como custos fixos e custos variáveis. Sendo os fixos aqueles que permanecem inalterados, independentemente do grau de utilização da capacidade da embarcação, com destaque para a depreciação dos meios de produção, as taxas anuais para licença de operação das embarcações, custos de

manutenção com a embarcação e equipamentos usados na pesca. Já aos custos variáveis, denomina-os de operacionais, que envolvem custos diretamente relacionados ao desempenho da pesca, mais propriamente ao esforço da pesca que inclui compra de gelo para a conservação do pescado, combustível, pagamento de taxas para as entidades representativas, como Colônia de Pescadores e a manutenção de aparelhos de captura, entre outros custos não previstos, que eventualmente podem ser usados na pesca.

Para Moraes (2007), o diferencial entre pesca artesanal e pesca industrial reside no fato de que uma tem como base os conhecimentos empíricos e destina-se para o consumo local e a outra depende de melhores indicadores sociais e maior poder aquisitivo no bojo de sua realização como atividade econômica. Para este autor:

Pesca artesanal é a atividade pesqueira que mantém relações de trabalho na parceria e nos conhecimentos empíricos com os produtos direcionados, em sua maioria ao consumo local, já a pesca industrial é desenvolvida por profissionais, colonizados e com maior poder aquisitivo e melhores indicadores sociais (MORAES, 2007, p.83).

De acordo com a Lei 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da aquicultura e regula as atividades pesqueiras em todo território nacional, consideram-se atividades pesqueiras artesanais, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Quando se trata da pesca artesanal como atividade econômica, vale considerar o que diz Rebolças (2006, p. 25):

A pesca artesanal se destaca como uma das principais fontes de renda das comunidades ribeirinhas e é caracterizada pela utilização de aparelhos pesqueiros com relativo baixo desenvolvimento tecnológico; pela baixa capacidade de acumulação mercantil; por depender de um longo sistema de intermediação do pescado; por apresentar baixa divisão social do trabalho; e por proporcionar, em muitos casos, um relativo pequeno impacto ambiental.

Segundo Borghetti (2000), no Brasil a pesca artesanal é de grande relevância, já que o país tem um vasto litoral e importantes bacias hidrográficas, fazendo com que aproximadamente quatro milhões de pessoas dependam direta ou indiretamente da atividade pesqueira.

Neste cenário, destaca-se o papel de um agente social que fortemente representa o povo que reside na região amazônica, o pescador, cuja relação com o rio estabelece sua interação social, cultural e econômica como garantia de sua existência e subsistência. É este que, ao tornar-se participante e atuante dentro de um território que lhe é particular, cria uma identidade com uma territorialidade construída a partir de sua relação com a natureza e os recursos que dela provêm, neste caso, o pescado e demais recursos que do rio emanam.

Em sua obra “Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica”, Lourdes Gonçalves Furtado (1993), relaciona a pesca na Amazônia com as outras atividades realizadas pelos pescadores e classifica os pescadores como pescadores polivalentes e pescadores monovalentes. Sendo os polivalentes os que vivem uma multiplicidade de atividades que se adaptaram às condições da sazonalidade, tais como, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo da juta e alguma caça. E os monovalentes são aqueles que vivem exclusivamente da pesca.

Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, o pescador artesanal é aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma, ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte (BRASIL, 2012).

Para Furtado et al. (2006), as atividades econômicas na vida do pescador amazônico se diversificam com intensidade variável em pesca, lavoura, coleta, extrativismo e serviços primários. Todas fundadas na mobilização dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente. Destacam também que a dinâmica de vida dos pescadores na Amazônia tem sido o principal indicador como base de análise a respeito do sistema econômico destas populações e da reprodução destes ambientes.

Furtado et al. (2006, p.114), observa ainda que:

A composição destas unidades de produção, não obstante o acelerado e desordenado processo de transformação vigente na região, ainda, se baseia nas relações familiares, de compadrio e vizinhança; mantém o modelo de emprego da mão-de-obra familiar e/ou de parentes, amigos, vizinhos e compadres, revelando uma resistência à situação de emprego e às formas de assalariamento para remunerar o trabalho. Este sistema, entretanto, vem constituindo a base do sistema econômico das populações tradicionais da Amazônia e tem sido o responsável pela reprodução dos

ambientes manejados ao longo dos anos anteriores, seja na lavoura, seja na pesca. Como tal merece a observância de sua lógica no sentido de atender suas demandas.

Nesta perspectiva, ao analisar o cotidiano destas populações é importante refletir sobre o fato de que muitos problemas permeiam sua apropriação territorial, destacando fatores paralelos e controversos à preocupação com a invasão dos territórios de pesca, por parte daqueles que visam grandes lucros sem nenhuma preocupação com o uso devido do ambiente de pesca e do esgotamento dos recursos.

Estas preocupações têm sido, em sua maioria, a mola propulsora de muitas comunidades para a elaboração de medidas que venham garantir a permanência do seu principal meio de subsistência, no caso, o pescado. Assim, com um plano de manejo adequado e com Acordos de Pesca bem definidos, visando à regulamentação do uso do território pesqueiro, estas comunidades parecem estar encontrando a solução mais viável para estes problemas oriundos da pesca, que junto a órgãos ambientais e de fiscalização, no caso o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), estabelecem algumas normas para o uso destes espaços que são partilhados pelos mesmos pescadores, que neste sentido, definem normas que regulam a pesca de acordo com os interesses da comunidade local.

Na prática, os Acordos de Pesca têm na sua estrutura normativa, proibir ou limitar, como no uso dos petrechos de pesca (tamanho, altura e comprimento de malhadeira e de malha e quantidade). Proibição à pesca por um determinado período, período em que determinadas espécies se reproduzem. Limite da quantidade de pescado a ser capturada por viagem, etc. Podendo ainda, proibir a pesca em lagos onde os peixes se reproduzem para povoar outros lagos e sirvam como uma espécie de criadouro natural. Os Acordos de Pesca podem também estabelecer zonas de pesca, que podem ser: área de preservação total, onde é proibido pescar ou área de preservação temporária, em que a pesca é permitida apenas durante uma parte do ano. Em todos os casos, a participação dos pescadores é de fundamental importância, tendo em vista que nestas áreas só se pode pescar com regras definidas pelos próprios pescadores usuários (SANTOS 2005).

É sabido que os conflitos na dinâmica pesqueira na Amazônia impulsionaram as comunidades pesqueiras, por meio de suas organizações políticas, que promoveram melhores condições de uso, acesso e proteção dos recursos pesqueiros. Como indica Furtado (2004), a apropriação e o uso diferenciado dos territórios aquáticos são a origem dos conflitos da pesca, os quais colocaram em choque o uso para obtenção da subsistência e o uso comercial.

É verdade que a pesca desregulada trouxe vários problemas para a pesca na Amazônia, causando prejuízos principalmente na quantidade e na qualidade dos estoques pesqueiros, além do mais, constantes conflitos sociais têm permeado a vida dos pescadores que habitam no espaço amazônico. É, neste sentido que para Mcgrath (1993), a delimitação geográfica realizada pelos Acordos de Pesca representa o poder simbólico de apropriação e controle dos territórios aquáticos, sendo importante instrumento de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Mas um fator deve ser observado cuidadosamente na elaboração dos acordos, estes precisam representar os interesses coletivos das pessoas que pescam na área e/ou região: podendo ser pescadores/as comerciais, profissionais, de subsistência, etc. Estes acordos devem manter a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, garantindo a produção para o presente e também para o futuro e ter condições operacionais, principalmente em termos de fiscalização. E, sobretudo, ser regulamentado por meio de Portarias Normativas do IBAMA, que são complementares às portarias de normas gerais que disciplinam o exercício da atividade pesqueira em cada bacia hidrográfica, assim, estará reconhecido legalmente perante a Lei Federal (SANTOS, 2005).

A exemplo disso, as pesquisas de Mcgrath (1993) sobre manejo de lagos do Tefé em comunidades da região do Médio Solimões revelam/indicam que os arranjos institucionais são importantes para o sucesso das iniciativas de manejo comunitário de recursos naturais, mas outras variáveis também influenciam significativamente nos resultados alcançados por grupos de usuários, envolvidos em ações coletivas para regular o acesso e o uso dos recursos comuns na Amazônia brasileira, tais como: os mediadores, as diferenças ecológicas e as estratégias econômicas.

Percebe-se que o uso dos recursos naturais tem sido alvo de diversos estudos, debates e muitas das vezes de embates para a construção das ferramentas

e arranjos legais para o uso sustentável dos mesmos. No entanto, lutas, resistências e conflitos permeiam a dinâmica do uso dos recursos naturais, sobretudo, aqueles que estão diretamente ligados à sobrevivência, como no caso dos recursos da pesca.

É sabido que a pesca na região amazônica se destaca em relação as demais regiões brasileiras, tanto costeiras quanto de águas interiores, pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional a esta atividade. E, justamente por isso é que o manejo dos recursos pesqueiros faz-se necessário, tanto pela conservação dos sistemas aquáticos amazônicos, quanto pela manutenção de uma atividade de destacada importância socioeconômica para as comunidades pesqueiras amazônicas; por isso, o sucesso do manejo depende do conhecimento integrado da biologia das espécies exploradas e das características do ambiente onde vivem (KALIKOSKI et al., 2009). É partindo desta preocupação que o envolvimento de órgãos governamentais na elaboração de políticas públicas, fiscalização, controle e monitoramento dos recursos naturais tem sido cada vez mais presente nas articulações de ações para uma gestão compartilhada que, juntamente com a população local que usa diretamente o recurso, elabore estratégias que possam ser eficazes para a continuação do uso.

2.1. Territórios e excludibilidade na Amazônia Paraense

Como já mencionamos, os Acordos de Pesca vêm sendo disseminados e cada vez mais utilizados como um dos principais, se não o principal, mecanismos de manejo dos recursos pesqueiros na Amazônia. No entanto, experiências mostram que mesmo com ações que coíbem a ação desordenada no território de pesca, muitos pescadores se sentem prejudicados com algumas normas contidas nos acordos, como no caso dos pescadores de lago do Baixo e do Alto Amazonas analisados por Almeida (2006), que vivem um desafio constante, no que diz respeito à oposição aos Acordos de Pesca, pois pescadores comerciais não aceitam as regras indicadas nos acordos, por alegarem que tais regras os deixam em desvantagem em relação aos demais pescadores, dito que os pescadores

comerciais alegam ter tido seu espaço de pesca reduzido, o que para eles só lhes restariam duas alternativas: sair do setor pesqueiro ou passar a pescar para os rios.

Os estudos de Almeida (2006) apresentam indicadores de que a importância da pesca na geração de renda e emprego na Amazônia, tanto para pescadores comerciais, quanto para pescadores de subsistência, é de grande relevância na vida econômica destes. Daí sugere que o ideal seria que se articulassem ações para que estes usuários também fossem incluídos de alguma forma no plano de manejo daquele território, por acreditar que a inclusão dos pescadores comerciais nos acordos de comanejo, mediante uma possível alternativa de acesso aos recursos e da divisão dos benefícios entre os pescadores comerciais e as comunidades locais, poderia gerar benefício para os dois grupos, evitando assim que estes fossem excluídos das políticas de manejo da referida área de pesca.

No tocante a isso, cabe aqui a discussão sobre excludibilidade territorial na Amazônia, neste caso, o território de pesca. Conceitualmente, exclusão territorial significa “a acumulação de deficiências de várias ordens que tem sido progressivamente utilizada em políticas públicas e pode ser entendida como negação, ou desrespeito dos direitos que garantam ao cidadão um padrão mínimo de qualidade de vida” (ROLNIK, 2000, p. 14).

Neste sentido, a exclusão é vista como uma forma de analisar como e porque indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades e vantagens que estes necessitam. A noção de exclusão considera tantos os direitos sociais, quanto aspectos materiais, abrangendo, portanto, não só a falta de acesso a bens e serviços, que significa a satisfação de necessidades básicas, mas também a ausência de acesso, justiça e representação política.

E, de uma forma mais rigorosa, Silva (2012) considera o caráter discriminatório da política de exclusão ao afirmar que:

Uma naturalização de formas discriminatórias e de geradoras de processos de exclusão não se trata apenas de processo individual, mas de uma lógica presente nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, que atinge uma coletividade, reforça a discriminação, a subalternidade, a não equidade, a não acessibilidade e a não representação pública (SILVA, 2012, p. 17).

Para Oliveira (1997, p. 38) o conceito de exclusão vai muito além de uma questão teórica, “é acima de tudo ética e política, pois interpela a natureza de uma

polis construída nos pilares da competitividade baseada na exclusão de alguns e no privilegiamento de outros”.

Neste sentido, uma preocupação deve integrar o discurso sobre os Acordos de Pesca no que se refere à capacidade que estes têm de excluir potenciais usuários do território de pesca e conseqüentemente dos recursos, pois ao estabelecer mecanismos que regulam o acesso ao mesmo, priva-se automaticamente uma demanda de usuários que estarão limitados, restritos ou mesmo impedidos de usar um determinado território. Isso, segundo casos concretos, tem causado descontentamento por parte de pescadores que se sentiram prejudicados com as “regras” estabelecidas pelos acordos.

Como é o caso dos pescadores do Baixo e do Alto Amazonas, cujo benefício de produtividade e de conservação, decorrente do sistema de comanejos, é conseguido basicamente pela exclusão dos pescadores comerciais, que são membros da comunidade dos lagos manejados, já que os dados mostram que a exclusão destes pescadores foi citada como principal razão para adoção de um sistema de comanejo no primeiro momento (ALMEIDA, 2006).

Os casos concretos demonstram que além desta enorme desigualdade, na verdade, outras questões envolvem o debate sobre território e excludibilidade na Amazônia, em face disto está a discussão sobre ordenamento do território pesqueiro. Em sua base conceitual, ordenamento pesqueiro representa um conjunto teoricamente harmônico de normas legais utilizadas na administração da pesca, para permitir a exploração sustentável dos recursos naturais, de acordo com os objetivos previamente acordados e indicados na política ambiental, implementadas por medidas de ordenamento, consolidadas por mecanismos administrativos (SANTOS, 2005).

Para Rogério Haesbaert (2006) formar territórios é automaticamente “ordená-los”, o que para o autor há certa redundância entre os termos territorialização e ordenamento, conseqüentemente em desterritorialização e desornamento seriam também expressões correlatas. Enfatiza também que:

A dinâmica “social” em sentido mais restrito, em que as crescentes desigualdades relegam cada vez mais uma parcela crescente da população à condição de exclusão sócio espacial ou inclusão precária – aquilo que denominamos de aglomerado de exclusão (HAESBAERT, 2006, p. 36).

Por assim dizer, quando se trata de ordenamento territorial, Haesbaert (2006) sugere que num elenco de prioridades, sem dúvida o combate ao aumento das desigualdades e da exclusão socioespacial deve ser o ponto primordial a ser considerado. Pois, a dinâmica territorial tem sido um atributo fundamental para a identificação da exclusão social, sobretudo, no que se refere à implementação de novas formas de gestão, política e uso do território (HAESBAERT, 2006).

Neste sentido Lourdes Furtado adverte:

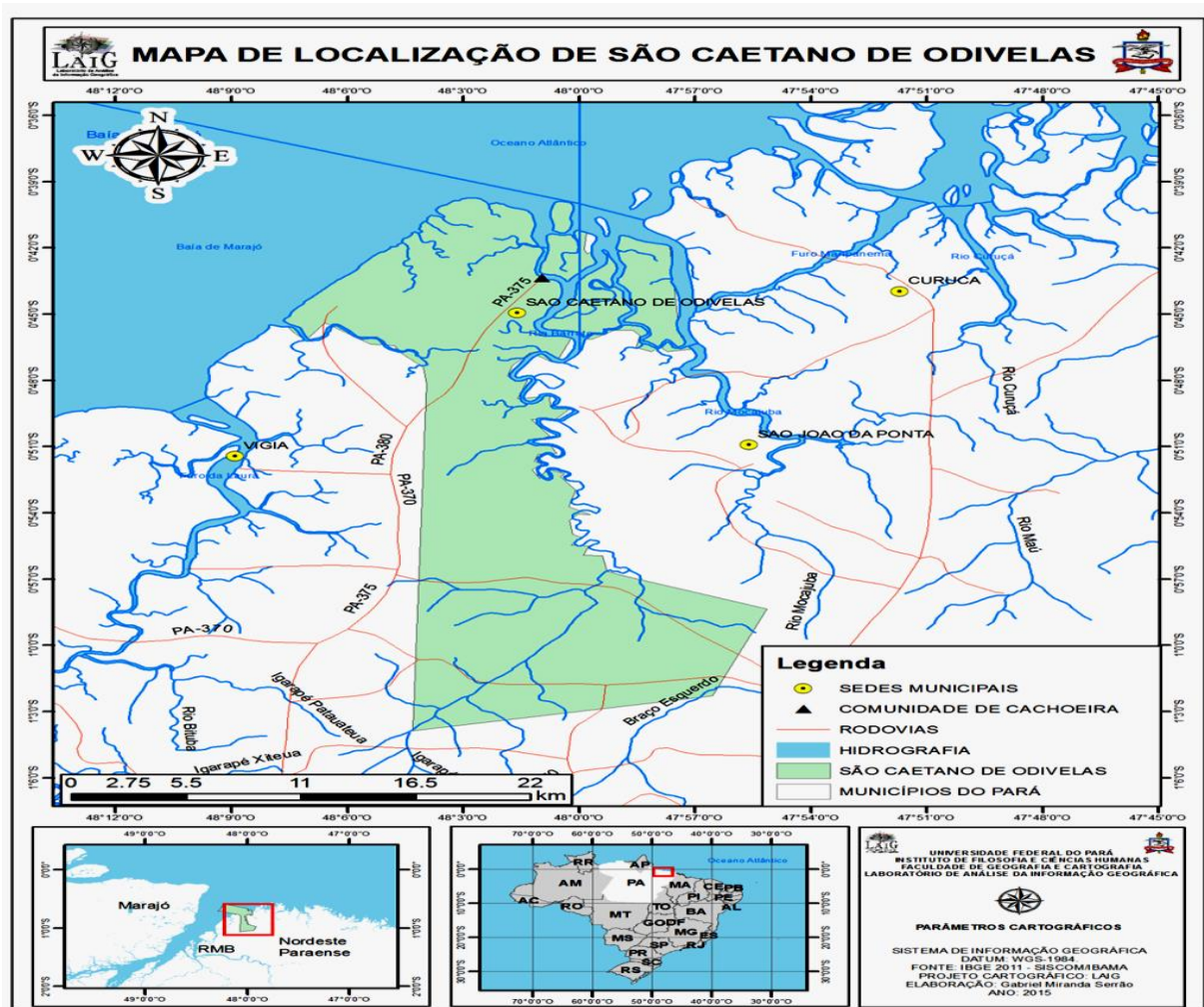
É importante reter que as especificidades sociais e ambientais próprias às unidades sociais de pescadores, isto é, às localidades onde a pesca é praticada e assume um papel relevante na economia regional, correspondem a demandas de políticas públicas, efetivas e setoriais que venham contemplar sua 'permanência' em seus territórios, sua reprodução social como segmento de um contexto mais amplo; à solução dos conflitos a que vivenciam, gerados por impactos antrópicos, como a diminuição ou expropriação de seus territórios de moradias e de trabalho; à exclusão social de planos desenvolvimentistas que lhe dizem respeito; à exclusão social de planos e projetos que envolvem seus territórios construídos socialmente para lazer e trabalho. A qualidade de vida para estas populações deve ser a meta, o fim maior de toda a governabilidade, de todo o gerenciamento da coisa pública, para que se possa corrigir a degradação sociocultural a que muitos grupos sociais já estão submetidos (FURTADO, 2006, p.171).

Como falamos, a dinâmica da atividade pesqueira na Amazônia tem sido marcada por lutas e conflitos desafiadores para a vivência daqueles que dependem da pesca. O certo é que a territorialidade dos pescadores tem sido norteada por arranjos que balizam sua relação com a pesca e os recursos que dela emanam. Acordos são firmados, o território é demarcado, a quantidade de pesca é estipulada, os instrumentos pesqueiros são classificados e assim critérios vão sendo estabelecidos e uma nova territorialidade construída. O que era de todos, agora passa a ser de alguns, por necessidade de preservação, de continuidade, de parceiros, de manejo sustentável, a uns é dado o direito de uso e a outros a inviabilidade de acesso, sendo pela lógica da excludibilidade, limitados ou impedidos de apropriar-se dos recursos da pesca.

CAPÍTULO 3. CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São Caetano de Odivelas fica localizado na Costa Atlântica do Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste Paraense, Microrregião do Salgado, distante da capital do estado 93 km em linha reta e 120 km pela rodovia. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00° 44'33" de latitude Sul e 48° 01'03" de longitude a Oeste de Greenwich. Possui ainda os seguintes limites: ao Norte - Oceano Atlântico; a Leste - Municípios de Curuçá, São João da Ponta e Terra Alta; ao Sul e a Oeste com o município de Vigia. Possui uma área territorial de 743,466 km², com população estimada em 17.344, além de uma densidade demográfica de 22,72 hab./km² (IBGE, 2010).

MAPA 1 – Mapa de Localização do Município de São Caetano de Odivelas



Fonte: LAIG, 2015.

Os fundamentos históricos de São Caetano de Odivelas estão vinculados à presença de padres jesuítas no período colonial, em região do Rio Mojuim, na zona do Salgado. No ano de 1957, os padres da Companhia de Jesus se instalaram no lugar conhecido por São Caetano, sendo que em 1760 fundaram uma fazenda a qual denominaram Fazenda São Caetano, ponto de evangelização de povos indígenas. Em 1833 foi criada a Freguesia de São Caetano de Odivelas. Em 1872, a sede da então freguesia recebeu predicado de Vila. Nesta ocasião, foi criado também o município, que se instalou em 1874. Entretanto, com a extinção sofrida em 1930, o seu território fora anexado aos dos municípios de Curuçá e de Vigia, de onde se desmembrou, três anos depois. A emancipação político-administrativa do município de São Caetano de Odivelas deu-se definitivamente, em 1935. Em divisão territorial datada de 15-VII-1997, o município é constituído de dois distritos: São Caetano e Perseverança, assim permanecendo desde 2005 (IBGE 2010).

De acordo com os estudos de Almeida (2012), os recursos hídricos pertencentes ao município de São Caetano de Odivelas encontram-se no sentido sul-norte, desaguando no Atlântico. O rio Mojuim, que banha a sede Odivelense, é o mais importante porque forma toda a bacia hidrográfica do município, após entrar em território de São Caetano, a sudeste, segue em direção norte e deságua no Atlântico, banhando a Vila Perseverança e o povoado do Porto Guarajuba, que hoje pertence ao município de São João da Ponta, mas antes fazia parte do território do município Odivelense.

Almeida (2012) destaca também a presença do rio Mocajuba que banha, além do município de São João da Ponta, a Vila de Boa Vista do Camapú, próximo à Vila Sorriso, localizada no município de São Caetano de Odivelas, e serve de limite natural, a leste, com o município de Curuçá; e o rio Barreta, a noroeste, que verte para o Atlântico e serve de limite natural com o município de Vigia de Nazaré.

O clima no município é caracterizado como equatorial amazônico do tipo AM, da classificação de Koppen, com temperatura elevada e amenizada por sua localização, perfazendo uma média anual de 26º C, com amplitude térmica mínima, precipitações abundantes de janeiro a junho e escassez de julho a dezembro, todavia a disponibilidade hídrica é também acentuada nos primeiros seis meses do ano e escassa nos demais (PARÁ, 2007).

Quanto às manifestações culturais, a cidade é palco de festejos religiosos e folclóricos. Destacando o Círio, que acontece no primeiro domingo de agosto na sede do município, a modalidade Boi de Máscara (Figura 2) dividido nos grupos: Boi Tinga, Boi Alce e Boi Caribu, realizado em folia de rua (Figura 1) com a presença de pierrôs, cabeçudos e brincantes diversos que durante noites realizam coreografias alegóricas ao som de músicas e marchinhas carnavalescas.

FIGURA 1 – Folia de Rua



FIGURA 2 – Boi de Máscara



Fonte: CATRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Por ser conhecido como a terra do caranguejo, tendo grande parte de sua cultura voltada para o simbolismo que este representa, tem a realização do festival do caranguejo promovido através de feira cultural, onde são apresentadas danças folclóricas, além de uma variedade de pratos típicos feitos à base do caranguejo, e vendas de artesanatos, entre outras atividades.

Outro fator que o caracteriza como polo turístico, é a realização da pesca esportiva, pois o município tem se tornado destino certo para os que praticam esta modalidade de pesca, com a realização de torneios ou mesmo com atividades de grupos de amigos que passam verdadeiras temporadas no município.

Dada a sua situação geográfica que lhe favorece por ser um município litorâneo, a pesca no município assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população; especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas para fora do município. É assim que a captura do pescado no município representa uma das

principais atividades econômicas na região. A maioria das famílias depende dela para viver, por isso o peixe é bastante valorizado pelos trabalhadores da pesca.

Por este motivo, o pescador é reconhecido no município como o principal responsável pela geração de renda e no fortalecimento da economia local, a saber recebeu do poder público municipal um monumento específico (Figuras 3 e 4), como demonstração das honrarias pela realização da atividade pesqueira desenvolvida no município e da simbologia que representa o pescador para a sociedade Odivelense, denominação gentílica para quem nasce no município.

FIGURA 3 – Monumento em Homenagem aos Pescadores



FIGURA 4 – Placa Monumento em Homenagem aos Pescadores



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015. Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

O tipo de pescaria em São Caetano de Odiveias é realizado dentro dos rios e em mar aberto e está apoiada no conhecimento tradicional, porém com o decorrer do tempo o contexto econômico regional começou a sofrer transformações devido o surgimento da tecnologia, refletindo o processo de modernização.

Os principais petrechos utilizados na pescaria em São Caetano de Odiveias são as redes de emalhar e o espinhel, a tarrafa, o puçá e a pesca de curral ou com muzuá que são usados por aqueles que pescam nos rios e igarapés.

Segundo a Colônia dos Pescadores, as embarcações (Figuras 5 e 6) usadas no município de São Caetano de Odiveias, de acordo com a classificação utilizada pelo CEPNOR/IBAMA, são as seguintes:

FIGURA 5 – Embarcações Pesqueiras Utilizadas no Município de São Caetano de Odivelas – Montaria



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Montaria (MON), embarcação de pequeno porte com capacidade para até 0,5 toneladas, casco de madeira, movida a remo, tripulação de 1 a 4 pescadores, sem conservação do pescado a bordo ou conservado em pequenas caixas isotérmicas com gelo.

FIGURA 6 – Embarcações Pesqueiras Utilizadas no Município de São Caetano de Odivelas – Canoa Motorizada



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Canoa motorizada (CAM), embarcação com capacidade para até 5 toneladas, casco de madeira, com ou sem convés, com ou sem casaria, comprimento menor

que 8,0m, movida a motor, com potência de 11 Hp a 22 Hp, ou a motor e à vela, tripulação de 2 a 6 pescadores, conservação do pescado em caixas ou em urnas isotérmicas com gelo, autonomia de até 5 dias de mar.

FIGURA 7 – Embarcações Pesqueiras Utilizadas no Município de São Caetano de Odivelas



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Barco de pequeno porte (BPP), embarcação com capacidade para até 8 toneladas, casco de madeira, convés fechado ou semifechado, com ou sem casaria, comprimento entre 8,0m e 11,9m, movida a motor, com potência de 11 Hp a 69 Hp, ou a motor e à vela, tripulação de 3 a 8 pescadores, conservação do pescado em urnas isotérmicas com gelo, autonomia de até 10 dias de mar.

Nestas configurações, materializa-se a pesca artesanal, sendo a mesma caracterizada pela exploração de recursos pesqueiros, com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção em baixa escala. Emprega, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações, tal como ocorre na captura de moluscos perto da costa ou na captura do caranguejo. Por ser uma atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, são utilizadas pequenas quantias de capital e o meio de produção é simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos (DIEGUES, 1983).

Quanto ao tipo de pescado, dados da Colônia mostram que pelo menos 20 espécies (Quadro 1) são desembarcadas nos portos da cidade.

QUADRO 1 – Quadro de Lista das Espécies de Pescados Comercializados no Município de São Caetano de Odivelas

Espécie	Nome Científico
Bagre	<i>Arius Couma</i>
Bandeirado	<i>Felichtys Marinus</i>
Caçõ	<i>Carcharrhinus Spp</i>
Camurim	<i>Centropomus Undecimalis</i>
Corvina	<i>Cynoscion Virescens</i>
Dourada	<i>Brachyplatystoma Flavicans</i>
Enxova	<i>Pomatomus Saltador</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma Filamentosum</i>
Gurijuba	<i>Arius Parken</i>
Peixe Pedra	<i>Genyatremus Luteus</i>
Pescada Amarela	<i>Cynoscion Acoupa</i>
Pescada Branca	<i>Plagioscion Squamosissimus</i>
Pratiqueira	<i>Mugil Spp</i>
Pratiurí	<i>Micropterus Salmoides</i>
Pirapema	<i>Megalops Atlanticus</i>
Sarda	<i>Pellona Spp</i>
Serra	<i>Scomberomorus Brasiliensis</i>
Tainha	<i>Mugil Cephalus</i>
Uritinga	<i>Arius Proops</i>
Xaréu	<i>Caranx spp, Alectis Ciliares</i>

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

3.1. Grupamento de polícia fluvial

Em 2002, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, a Companhia de Policiamento Militar do 12º Batalhão e o Poder Público Municipal de São Caetano de Odivelas criam no município o Grupamento Fluvial da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, que nasce com a principal missão de combater as ações criminosas na região insular do município e promover uma cultura de segurança dado ao crescimento turístico e a dinâmica da pesca esportiva crescente no local.

Agregado ao destacamento da Polícia Militar sediado no município, o Grupamento Fluvial atualmente é composto por dois policiais que, com o uso da lancha do Grupamento, realizam o policiamento ostensivo embarcado na malha fluvial do município e comunidades ribeirinhas. O efetivo também atua na fiscalização de embarcações que utilizam os portos da cidade e, na maioria das vezes, em portos de comunidades mais afastadas onde eventualmente registram-se o desembarque de produtos contrabandeados ou mesmo para fugir do pagamento de encargos cobrados nos portos de Belém, além de combate ao tráfico de drogas escoado pelo rio.

Para isso, faz um trabalho conjunto com a Polícia Civil onde são apresentadas as infrações mais graves como assaltos envolvendo piratas do mar, violência seguida de óbitos, contrabandos e drogas, entre outros que necessitam de registro em Boletim de Ocorrência.

Em relação às ocorrências que necessitam apenas de advertência ou repreensão, são tomadas medidas cabíveis pelo próprio Grupamento Fluvial, com orientações e conciliações, principalmente quando envolvem conflitos por território de pesca, que são os casos mais comuns de conflitos, ressalta o comandante.

Para o próprio comandante do Policiamento Fluvial, o trabalho realizado no território de pesca de São Caetano de Odivelas precisa de uma estrutura bem maior, para a realização de uma ação policial mais efetiva, no que diz respeito à proteção e segurança nas águas que constituem o território pesqueiro dos que dali retiram o sustento, o lazer, o comércio, a economia para sobrevivência, ressalta o comandante.

A princípio, a proposta para criação do Grupamento Fluvial antecederia a formação de uma Companhia Independente de Policiamento Fluvial, com base e sede própria, com equipamentos específicos e uma logística totalmente voltada para o policiamento no mar, inclusive com capacitação periódica para o efetivo que seria lotado nesta Companhia. Para implantação do Grupamento Fluvial no município, inicialmente foram treinados junto à Marinha 25 policiais, que supostamente fariam parte da Companhia Fluvial a ser instalada; hoje, o efetivo conta com dois policiais que são exclusivamente autorizados para a realização do policiamento embarcado.

MAPA 2 – Carta Imagem da Vila de Cachoeira em São Caetano de Odivelas.



Fonte: Projeto Cartográfico GAPTA/UFGA

Na Vila de Cachoeira (Mapa 2) no município de São Caetano de Odivelas, onde se concentra o foco nodal desta pesquisa, a pesca assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população local.

FIGURA 8 – Praça da Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

FIGURA 9 – Ruas da Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

FIGURA 10 – Ruas da Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Com uma população estimada em aproximadamente 1960 habitantes, sendo economicamente ativa, através da pesca como atividade principal e do pequeno comércio local, distribui-se em 14 ruas (Figuras 9 e 10) com moradias de alvenaria e madeira, sendo a praça da vila (Figura 8) o principal ponto de encontro dos moradores e palco dos festejos religiosos e de manifestações culturais vividos pelos residentes locais.

Devido à sua proximidade geográfica com a sede do município, cerca de 5 km, a Vila de Cachoeira é assistida com os mesmos meios de comunicação que são oferecidos para os moradores da Sede do município como telefone fixo, telefonia móvel e cobertura de internet.

A renda média dos moradores da Vila de Cachoeira gira em torno de 1 a 3 salários mínimos, dos que recebem renda fixa como servidores públicos municipal, estadual e aposentada previdenciária. Dos que exercem atividades autônomas, o pequeno comércio local (Figuras 11 e 12) e as vendas ao ar livre, são neste setor, as principais atividades econômicas desenvolvidas.

FIGURA 11 – Comércio na Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

FIGURA 12 – Comércio na Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Os beneficiários de programas de governo como o Bolsa Família e os que vivem da pesca são os que mais se destacam na economia da Vila, tendo em vista que grande parte da população desenvolve atividades relacionadas com a pesca,

incluindo mariscarem e o beneficiamento de derivados do pescado como o comércio do grude do peixe.

A exemplo de grande parte das comunidades amazônicas, a Vila de Cachoeira vem enfrentando problemas socioambientais relacionados ao processo de urbanização de seu território, tornando-se motivo de preocupação dos residentes, pois acreditam que a Vila não possui infraestrutura compatível em relação ao novo modelo de povoamento da área, que se revela pelas construções de casas de veraneio, pousadas, e a intensificação turística que cresce a cada ano. Além do mais, a comunidade é carente de saneamento básico adequado, falta de água tratada para consumo diário, e dispõe de um sistema educacional que contempla apenas a Educação Infantil.

Na vila também se revela um cenário de contraste, pois mesmo tendo suas moradias construídas de alvenaria e madeira em grande parte, é comum a presença de grandes casarões, verdadeiras mansões (Figuras 13 e 14) que ali são erguidas dividindo o espaço com as pequenas construções do residente local (Figuras 15 e 16), destacam-se por sua imponência em relação as demais, além de pousadas recém-inauguradas.

FIGURA 13 – Grandes Moradias



FIGURA 14 – Grandes Moradias



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo 2015.

No entanto, vale ressaltar que algumas destas residências são de pescadores locais que vivem do agenciamento da pesca, são considerados pelos moradores

como “empresários do pescado¹”. As demais, os proprietários são de outros municípios que mantêm a residência para passarem temporadas na vila. .

FIGURA 15 – Pequenas Moradias



FIGURA 16 – Pequenas Moradias



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015. Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

A Vila de Cachoeira é considerada pelos moradores do município como reduto de pescadores, sobretudo, pelo número expressivo de pescadores inscritos na Colônia de Pescadores, 407 pescadores inscritos segundo relatório da Colônia, e o fato do mercado municipal estar localizado na Vila, constituindo-se o polo de comercialização do pescado que é vendido na região fresco ou salgado, tendo o preço ditado pelo mercado do Ver o Peso em Belém, segundo informação contida no relatório da proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha em São Caetano de Odivelas (BRASIL, 2014).

A relação dos moradores com o rio se dá a partir da arte da pesca e da compra e venda do pescado no mercado municipal, ou direto do pescador no porto da Vila (Figura 18). Muitos dos pescadores reúnem-se nas casas coletivas de construção de petrecho de pesca (Figura 17), que estão localizadas às margens do rio Mojuim próximo ao porto da Vila, onde através de parcerias familiares ou de compadres, como costumam se cumprimentar, realizam reparos e construção de seus instrumentos de pesca.

¹ São os pescadores donos de frotas pesqueiras que mantêm contratos com empresas de beneficiamento de pescado para outras regiões do Estado com expansão até ao comércio exterior.

FIGURA 17 – Casas Coletivas para Conserto de Petrechos de Pesca



FIGURA 18 – Porto Comunitário



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

Outro fator que merece destaque é o beneficiamento do grude do peixe, cuja comercialização vem crescendo cada vez mais, envolvendo um maior esforço de pesca, pois o preparo do grude que consiste na limpeza e na secagem, é feito nas residências dos pescadores e alto mar, tendo a renda também dividida como ganho de pesca. E dado ao seu valor de consumo e importância econômica, representa para economia dos pescadores, maior rendimento que o próprio peixe.

O grude² é comercializado seguindo a classificação de: Grude de Primeira, Grude de Segunda e Grude de Terceira, dependendo da espécie do peixe e de como o grude é beneficiado, podendo estar seco ou verde, quando este não está totalmente desidratado (Quadro 2, ver abaixo). O que justifica seu alto valor de mercado é o fato de que o preço é determinado pelo mercado internacional, tendo em vista que o comércio é direcionado para exportação, mas é o patrão do pescado, como são chamados os que financiam a pesca em alto mar, que estabelece o preço aos pescadores, já que este é o responsável direto pela negociação. Neste sentido, os pescadores que comercializam este tipo de produto assumem papel de destaque reconhecido pela comunidade, sendo os proprietários dos melhores barcos, das melhores moradias e maior poder econômico e político local.

² Bexiga natatória utilizada principalmente na indústria espacial e em operações cirúrgicas de alta precisão, por causa da não rejeição pelo corpo humano, comercializado por países como China, Japão, além da Europa e Estados Unidos.

QUADRO 2 – Quadro de Classificação e valores do Comércio do Grude

PRODUTO	VALOR/KG	ESPÉCIE
Grude de Primeira	R\$ 1.200,00	Pescada Amarela (<i>Cynoscion Acoupa</i>) E Gurijuba (<i>Arius Parken</i>)
Grude de Segunda	R\$ 600,00	Corvina (<i>Cynoscion Virescens</i>)
Grude de Terceira	R\$ 200,00	Demais tipos de Peixes

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

O mercado de Cachoeira (Figuras 19 e 20) foi o primeiro mercado construído e organizado no município, sendo este o principal local de embarque e desembarque do pescado da região, tendo mais referência que o mercado da sede do município que tem sua atividade limitada à comercialização do pescado, enquanto que em Cachoeira, além da comercialização conta com a presença da fábrica de gelo (Figura 21) e do porto local (Figura 23), que é anexado ao mercado, onde acontece também o comércio do pescado diretamente do barco para o atravessador (Figura 22), que leva o peixe direto para os mercados de outros municípios vizinhos, além do embarque de pescado em baús frigoríficos.

FIGURA 19 – Frente e Área Externa do Mercado Municipal



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

FIGURA 20 – Frente e Área Externa do Municipal



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

FIGURA 21 – Fábrica de Gelo



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

FIGURA 22 – Comércio do Pescado direto do Pescador



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

FIGURA 23 – Porto da Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2015.

Em relação à dinâmica econômica do mercado municipal, a mesma funciona em regime de cota, que segundo a administração do mesmo, é exercida por um funcionário denominado de fiscal balanceiro, que extrai 5% do valor do pescado capturado e comercializado, que é direcionado como imposto aos cofres públicos municipais. Vale ressaltar que os usuários do mercado são quase que exclusivamente os atravessadores e comerciantes de peixes oriundos de outros

municípios, que na maioria das vezes negociam o pescado antes mesmo de serem capturados, o qual é agenciado pelos “patrões do pescado”.

E por ser uma comunidade considerada reduto dos pescadores, é comum serem encontrados nas casas os grupos familiares reunidos na construção de petrechos utilizados na pesca (Figura 25), bem como a presença de pequenas embarcações usadas para a pesca em rios, igarapés e furos próximos às residências (Figura 24).

FIGURA 24 – Pequenos Portos Próximos à Vila



FIGURA 25 – Construção de Petrechos de Pesca



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2015.

Segundo a Colônia dos pescadores do município de São Caetano de Odivelas (Z4) e informações obtidas em campo, os que participam da pesca na vila são os homens com seus filhos mais velhos, que geralmente a partir dos 16 anos já desenvolvem a arte de pesca juntamente com os pescadores mais experientes. As mulheres e as crianças também participam desta dinâmica e se consideram pescadoras, pelo fato de participarem da construção dos instrumentos utilizados para a pesca. Estas também realizam com as demais mulheres da vila em parceria familiar, a pesca ribeirinha, a pesca do camarão, a coleta do caranguejo, do mexilhão, caramujo entre outros crustáceos. Além de muitas vezes participarem da venda do pescado que é trazido pelo marido como pagamento da pesca.

Sendo a pesca artesanal caracterizada por um tipo de trabalho que se relaciona diretamente às técnicas artesanais e históricas, ao uso de técnicas modernas que integram a base material do trabalho do pescador (os objetos técnicos, os saberes e os fazeres), a cidade e a vida coletiva urbana. Por assim dizer, a base

material do trabalho preserva a historicidade da pesca artesanal, sempre adaptando-as às possibilidades do tempo presente, ou seja, às utilidades postas no mercado. No caso de São Caetano de Odivelas e da Vila de Cachoeira, a esfera de produção e do trabalho da pesca artesanal caracterizam-se pelos meios de produção, pelo circuito produtivo, pelo circuito econômico e pela tecnologia moderna aplicada, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 3 – Esfera de Produção e do Trabalho da Pesca Artesanal em São Caetano de Odivelas e na Vila de Cachoeira

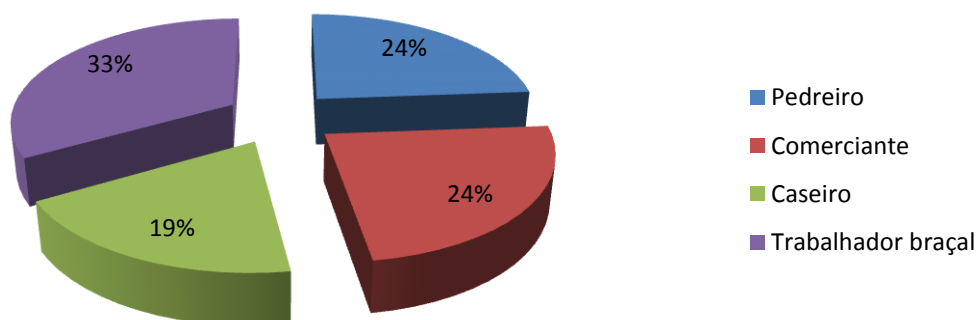
Esfera de Produção e do Trabalho da pesca artesanal em São Caetano de Odivelas e na Vila de Cachoeira	
Meios de produção	Barco - Rede - Petrechos e técnica de pesca.
Circuito Produtivo	Coleta do pescado - Maricultura - Beneficiamento do Grude do Peixe.
Circuito Econômico	Venda por atacado - Venda no Varejo - Produção e conserto de Redes e embarcações.
Tecnologia Moderna	GPS - Motor mais potente, Coletes.

Fonte: Castro, G.F. Trabalho de Campo (2015).

3.2. Perfis dos entrevistados

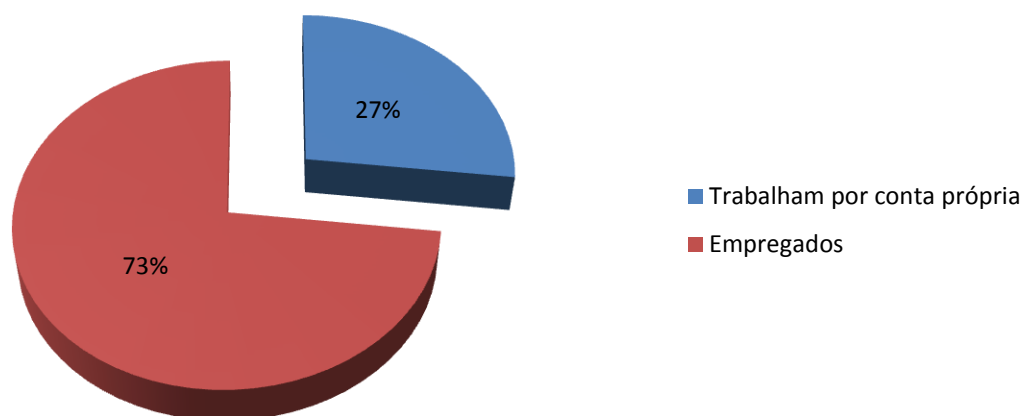
O perfil socioeconômico dos pescadores entrevistados revela algumas características importantes para a relevância dos dados da pesquisa, sendo as principais apresentadas nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 1 – Atividades Econômicas Realizadas pelos pescadores



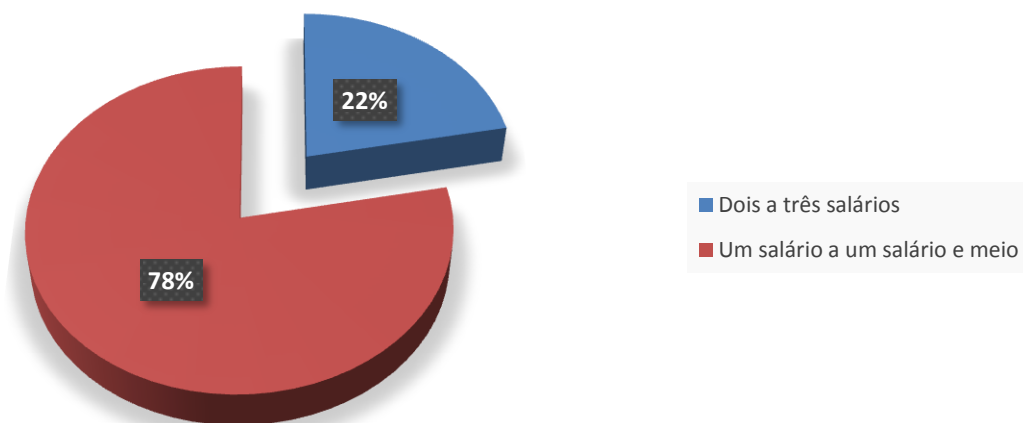
Dos pescadores entrevistados, (Gráfico 1) os que exercem atividades complementares para melhorar a renda familiar dividem o tempo como pedreiro (24%), comerciantes (24%), caseiro (19%) e trabalho braçal na limpeza de terrenos nas residências de veraneios existentes na Vila (33%) .

GRÁFICO 2 – Modalidade de Trabalho de Pesca



Dos pescadores entrevistados, (Gráfico 2) 27% realiza a arte da pesca por conta própria, enquanto que 73% são empregados, ou seja, contratados para realização da pesca em alto mar com divisão dos ganhos da pesca.

GRÁFICO 3 – Renda Mensal dos Pescadores



Dos entrevistados, 22% (Gráfico 3) recebem entre dois a três salários mínimos, os demais, 78% afirmam ganhar mensalmente o equivalente a um salário

e meio referente aos ganhos da pesca e outros rendimentos que acrescentam na economia familiar.

É válido considerar que estudar a organização da atividade pesqueira e da articulação dos pescadores artesanais, numa perspectiva socioterritorial, é trazer estas problemáticas para o campo geográfico, considerando a discussão do território e, sobretudo, da territorialidade. Entendendo o território enquanto uma categoria de análise da Geografia, capaz de incorporar os interesses antagônicos dos agentes atuantes em dadas frações do espaço, bem como as relações de poder que aí se estabelecem, como elementos centrais na análise do processo de territorialização dos grupos sociais. Nesta perspectiva, os pescadores artesanais são entendidos nesta pesquisa como indica (PEREIRA, 2003, p. 130) “como formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no modo de produção capitalista”, que embora esteja inserido neste sistema, possui outra lógica de relação, produção e apropriação do espaço. Para este grupo social, o espaço possui valor de uso e não de troca como veem os grandes agentes do capital.

CAPÍTULO 4. ACORDOS DE PESCA: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO

Partindo do pressuposto de que os Acordos de Pesca vêm sendo disseminados e utilizados como um dos principais, se não o principal, mecanismos para o manejo dos recursos pesqueiros, é que a gestão da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba³ no município de São Caetano de Odivelas, usando das atribuições que lhe são cabíveis, se articula no sentido de promover as ações que favoreçam as discussões e socialização dos fundamentos que sustentam a necessidade da elaboração do Acordo de Gestão, que incluem o manejo dos recursos pesqueiros, não só para os pescadores da Vila de Cachoeira, mas para todos os que vivem da pesca em São Caetano de Odivelas.

Com a elaboração do Plano Gestor e o cronograma das atividades para os caminhos que levam à construção dos Acordos de Pesca, consideram-se os critérios básicos para a formulação do mesmo, que agregado às características peculiares do local, está sendo pensado e elaborado.

Acordo de Gestão para fins legais entende-se, segundo a Instrução Normativa 29/2012-Art. 2º, como o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e a Instituição Chico Mendes, quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando a legislação urgente, a qual regulamentará o uso dos recursos naturais.

Vale ressaltar que a própria Introdução Normativa no Capítulo I do Art. 3º destaca que tais regras estabelecidas pelo Acordo de Gestão deverão ser cumpridas por toda e qualquer pessoa que entre ou permaneça dentro dos limites da Unidade de Conservação.

Para o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), a formação do Acordo de Gestão deverá ordenar o uso sustentável dos recursos naturais e ocupação do solo na Unidade de Conservação - UC pelas populações tradicionais, citando os critérios a serem respeitados, as atividades que podem ser realizadas e

³ DECRETO DE 10 DE OUTUBRO DE 2014 Cria a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará.

as atividades não permitidas, dependendo da realidade local, que podem ser incluídos itens como: turismo, disposição de lixo, poluição sonora, entre outros.

Além do mais, seu caráter regulador também pressupõe seu papel fiscalizador com autoridade para sancionar as penalidades de acordo com a lei, podendo até o beneficiário infrator perder a sua condição de beneficiário e zelador da UC, assim como culminar na suspensão e exclusão do cadastro de beneficiário.

A utilização do espaço para o ICMBio, sob a égide do ordenamento territorial, deverá identificar as áreas de uso da comunidade e estabelecer o tamanho da área permitida para morada, produção de roça, extrativismo, pesca e demais atividades coletivas e para cada família, bem como restrições para o estabelecimento dessas áreas.

Outras regras apontadas como relevantes estão compondo os encaminhamentos para a formação do Acordo de Gestão em São Caetano de Odivelas, como:

- Regras para o acesso de não moradores e a utilização que estes podem fazer da Unidade de Conservação, incluindo programas de uso público e acesso a comerciantes.
- Regras para o comércio dentro da Unidade de Conservação.
- Definição do perfil das condições e dos procedimentos para inclusão e exclusão de moradores como beneficiários da UC.

Para a atividade pesqueira prevê estabelecer quantidades, locais, períodos, técnicas e petrechos permitidos, bem como prevê o manejo de lagos e rios, estabelecendo normas de utilização de recursos naturais da Unidade de Conservação.

No que diz respeito ao monitoramento do cumprimento dos critérios estabelecidos no Acordo de Gestão, indica-se o estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a fiscalização e monitoramento, prevendo critérios e a forma de caracterização do descumprimento do Acordo por parte dos beneficiários.

Propõe também definir papéis das famílias/indivíduos, organizações da comunidade, conselho da Unidade e ICMBio no monitoramento do Acordo.

Um Comitê de Proteção no âmbito do Conselho da Unidade de conservação também será criado com papel definido no monitoramento.

O monitoramento do cumprimento das regras estabelecidas pelo Acordo de Gestão poder ser realizado utilizando os seguintes instrumentos:

- Registro dos atos em desrespeito com o Acordo.
- Identificação do beneficiário que descumpriu o Acordo.
- Comunicação ao ICMBio para providências administrativas. Além de definir critérios específicos para determinar a que instância o beneficiário que descumpriu o Acordo deve recorrer.

No entanto, precisa estar bem definido, também, quais os mecanismos de monitoramento da biodiversidade e dos recursos naturais com o estabelecimento de responsabilidades dos atores envolvidos de forma participativa.

Baseados nos procedimentos indicados pela Instrução Normativa nº 29/2012, sob a vigência do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, no município de São Caetano de Odivelas, é que estão sendo seguidas e apontadas como propostas metodológicas, as seguintes etapas para a construção dos Acordos de Gestão:

1. Formalização e Planejamento.
2. Construção participativa do Acordo de Gestão.
3. Análise, aprovação e publicação do Acordo de Gestão.

Assim, a elaboração do Acordo de Gestão da RESEX Mocapajuba encontra-se em fase inicial, onde estão sendo pensadas as formas, cronogramas e planejamentos, incluindo reuniões com representantes das comunidades, sondagem, mapeamento e estudo da realidade local, apontando indícios para a construção coletiva e participativa que gradativamente se consolida.

Considerando o inciso III do Art. 17 da Introdução Normativa 02/2012 que prevê que o Acordo de Gestão poderá anteceder a elaboração do Plano de Manejo Participativo, atendendo necessidades de cada Unidade e demandas da população tradicional, é que as regras para os Acordos de Pesca, no que se refere ao manejo dos recursos pesqueiros serão incluídas no Acordo de Gestão considerando o território pesqueiro e atividade da pesca em sua formulação.

Neste sentido, no que diz respeito à representatividade dos pescadores no Acordo de Gestão, a direção da Colônia dos Pescadores e membros associados estão envolvidos neste processo. No entanto, a participação dos pescadores nas

reuniões convocadas pela Colônia ainda é considerada pequena, visto que estes têm mostrado pouco interesse na participação efetiva das reuniões.

Em defesa, os pescadores justificam a ausência apontando as dúvidas e incertezas que estas “regras”, como se referem ao Acordo de Pesca, podem trazer. Uns acreditam até que só trará prejuízos, impedindo-os de pescar e comercializar o pescado:

“Esse negócio de acordo de pesca é só uma desculpa pra empatarem a gente de pescar aqui e aí a gente vai ter que brigar com eles pra poder pescar ou pescar escondido” (E 29).

Neste particular, é perfeitamente compreensivo os relatos expressando posições que revelam receio e desinteresse por parte dos pescadores, tendo em vista que uma ação relacionada à tomada de consciência do papel do Acordo de Gestão ainda não chegou ao conhecimento de grande parte dos pescadores. Sem falar nos relatos que revelam a descrença em relação às políticas públicas para o pescador e na ineficiência do papel da Colônia dos Pescadores nos benefícios que segundo eles têm dificuldades de acesso.

Neste sentido, é que a proposta para a formulação do Acordo de Gestão da RESEX Mocapajuba segue com a construção de propostas comunitárias, com a realização de reuniões com maior número de comunitários possível, embora ainda em fase inicial com uma demanda bem menor do que se espera, para esclarecer sobre o conceito e a função do Acordo de Gestão e a discussão e a elaboração da proposta de gestão, uso dos recursos naturais e ocupação da área.

Para a direção da RESEX, o cuidado com a proposição das regras é um dos pontos que mais causa preocupação, pois precisam ser considerados os costumes das comunidades locais existentes, somados aos resultados do diagnóstico participativo realizado pelo Conselho Gestor, para formação do Acordo e a legislação vigente.

Evidentemente que as dificuldades vão muito além das questões burocrático administrativo, pois integrar conhecimento tradicional, uso dos recursos e normalização do território implica num processo lento de lutas e resistências onde territorializar-se significa garantir o suprimento de necessidades que para o pescador é sinônimo de vida e de identidade.

E assim, sob a instrução normativa nº 29/2012 que disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para elaboração e aprovação do Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal em Populações, é que a direção da RESEX Mocapajuba em São Caetano de Odivelas, representantes de Associações Comunitárias locais e Colônia de Pescadores Z4, que inclui os pescadores da Vila de Cachoeira, articulam-se nas principais iniciativas para elaboração do Acordo de Gestão que antecederá o Plano de Manejo, o qual servirá para gerir o uso dos recursos naturais e do seu território.

4.1. Tipos de conflitos no estuário de São Caetano de Odivelas que interferem diretamente na consolidação dos Acordos de Pesca

Na dinâmica territorial dos pescadores de Cachoeira revela-se uma luta cotidiana/constante onde estes buscam, sobretudo, a sua sobrevivência, como forma de garantir emprego e renda, sendo a pesca praticada ao longo do ano, apresentando um cotidiano bem particular ligando a comunidade pesqueira residente e sua atividade econômica que gira principalmente em torno da comercialização do pescado.

Em relação aos perigos enfrentados pelos pescadores, eles residem no fato de que estes convivem constantemente com a insegurança, dada a vulnerabilidade em que estes estão expostos em seu território de pesca, pois os mesmos têm sido alvos frequentes de “piratas do mar”, sendo vítimas de violência física, assaltos, chegando muitas vezes até a morte.

Para Oliveira (2005), o problema de assaltos sempre acontece entre pescadores, mas dois tipos se destacam em situações relacionadas à violência no meio pesqueiro: uma é a frequência dos roubos em áreas próximas ao litoral, onde o pescador rouba o petrecho de outro pescador; e outra refere-se à ação de bandidos saqueadores de embarcações durante as pescarias, conhecidos no meio como “piratas” ou “ratos d’água”. Eles atacam a embarcação roubando, quase sempre, com forte violência física, interferindo no desempenho das atividades pesqueiras.

Outro conflito refere-se à relação de trabalho dos pescadores artesanais com menor poder aquisitivo – que usam petrechos de pesca mais simples e barcos

menores – e aqueles pescadores artesanais que dispõem de uma frota maior, com embarcações e petrechos mais modernos e maiores, como rede e geleiras com maior capacidade de captura e acondicionamento.

A partir dos dados obtidos em campo, é possível afirmar que para o município de São Caetano de Odivelas, tanto a prática ribeirinha, quanto a pesca artesanal, industrial e a pesca esportiva, bem como a especulação imobiliária e os grandes agentes do capital, exercem influência direta nos conflitos existentes para a elaboração dos Acordos de Pesca.

4.1.1. Pesca artesanal e pesca ribeirinha X pesca esportiva

Um dos grandes desafios na construção dos Acordos de Pesca reside na prática da pesca esportiva, uma modalidade de pesca bastante disseminada entre a classe econômica alta que tem residência ou visita o município, como personalidades influentes da sociedade paraense, incluindo políticos e grandes empresários que mantêm luxuosas residências no município, às margens do rio Mojuim, com marinas particulares e barcos tecnologicamente sofisticados utilizados no exercício desta modalidade de pesca.

FIGURA 26 – Marinas Particulares para Locação



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

FIGURA 27 – Marinas Particulares para locação



Fonte: CATRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

A geração de divisas para o local foi a principal justificativa para o investimento na pesca esportiva, no entanto, os principais beneficiados são os empresários donos das marinas particulares (Figuras 26 e 27), que mantêm as lanchas de pesca sob um aluguel que oscila entre R\$500,00 a R\$1200,00 mensais, dependendo do tamanho da lancha e da potência do motor, recebendo cuidados específicos de acordo com valor pago.

Inicialmente, eram realizadas temporadas de pesca esportiva, inclusive com torneios promovidos pelo próprio poder público municipal, que justificando a necessidade dos mesmos, alegava o progresso econômico, social e cultural da cidade ao se construir um polo de atração turística, onde os próprios pescadores e suas famílias seriam diretamente beneficiados. No entanto, os relatos mostram que o que de fato aconteceu é que inicialmente os pescadores mais habilidosos, com conhecimentos específicos do território de pesca eram contratados como guias de pesca, conduzindo as embarcações aos locais específicos, indicando a localização dos pesqueiros para a captura do pescado em maior quantidade. Até estes serem rapidamente dispensados e substituídos por equipamentos tecnológicos sofisticados, como sonar, GPS, entre outros. Além de que, logo os próprios “pescadores esportivos” de posse de todo o conhecimento territorial da pesca, tornariam dispensáveis os trabalhos e os conhecimentos do guia de pesca.

Relatos de pescadores e da própria direção da Colônia de Pescadores, refletem a dinâmica do conflito existente, no que diz respeito à pesca esportiva, que segundo eles nasceu com a finalidade de ser estritamente esportiva, com a captura e devolução do pescado para o rio. No entanto, o que realmente acontece é que todo pescado capturado, e ressaltam, “é muito pescado”, é levado em grandes quantidades, conservados e consumidos sem nenhum tipo de constrangimento ou penalidades para eles.

“A pesca esportiva subtrai nossos recursos e a concorrência que tinha através dos torneios de pesca esportiva tornou-se uma disputa pelo território, entre os pescadores turistas e os pescadores da cidade, sem falar que eles não compram nada no município, nem contratam ninguém daqui, até o guia de pesca que era usado quando começaram os torneios, eles dispensaram, só queriam aprender os segredos do mar, depois que aprenderam não quiseram mais, o que ganha mesmo com a pesca esportiva são os empresários que construíram marinas privadas com alugueis altíssimos para guardar as lanchas dos barões que pescam aqui” (E 18).

Nasce a partir daí novas discussões, uma delas refere-se ao uso das embarcações utilizadas na pesca esportiva, que agora não é mais regulada pelos torneios, é livremente exercida já que os amantes desta modalidade de pesca dispõem, em grande maioria, das residências e marinas às margens do Mojuim, ocupando praticamente todo o litoral da sede do município. E assim, constantemente os pescadores ribeirinhos que estão às margens do rio pescando, são surpreendidos por grandes “maresias” que se formam devido à potência e à velocidade das embarcações utilizadas pelos pescadores ditos esportivos.

“O contraste entre o pescador esportivo e o pescador ribeirinho é facilmente percebido quando o pescador esportivo, no meio do rio, pesca utilizando isca de primeiro mundo, molinete de alta qualidade e embarcações sofisticadas, enquanto que o pescador local em sua embarcação simples, com iscas naturais, aventura retirar do rio algum pescado” (E 04).

Para ICMBio, a principal dificuldade prevista para a elaboração dos Acordos de Pesca vai além da pesca esportiva, que em si já é um grande desafio a transpor, reside, sobretudo, na sensibilização e compreensão de todos os atores sociais que estão relacionados com a pesca, que abrange desde o poder público municipal, os investidores financeiros, detentores do poder aquisitivo dos grandes empreendimentos turísticos e imobiliários, bem como o próprio pescador que tem sua existência e subsistência diretamente ligada à atividade pesqueira.

4.1.2. Pesca artesanal e ribeirinha X especulação imobiliária

A especulação imobiliária é outra preocupação para a consolidação dos Acordos de Pesca, tendo em vista que grandes empreendimentos como hotéis, pousadas e grandes condomínios foram ou estão sendo construídos às margens do rio Mojuim e, com isso, o território de pesca e o acesso a determinados locais nas proximidades destes empreendimentos, de certa forma, tornaram-se privativos, de uso impedido ou no mínimo dificultado.

Nestas configurações, os pescadores ribeirinhos são diretamente afetados, tendo em vista que tiveram sua dinâmica totalmente alterada, pois com a urbanização do litoral foram obrigados a abandonarem seus portos e trapiches que

ficavam ao longo dos rios, mais próximo possível das suas residências, restringindo-os ao uso apenas do porto do mercado municipal e do mercado da Vila de Cachoeira, onde o embarque e desembarque ficaram mais distantes, dificultando o acesso a suas moradias, já que pescam em sua maioria para subsistência, visando consumo próprio.

Diante disso, admite-se que os desafios para a elaboração e consolidação dos Acordos de Pesca para os pescadores da Vila de Cachoeira, têm se mostrado merecedores de especial atenção, haja vista que a complexidade da conjuntura social e econômica local prevê lutas e resistências que pressupõem à primeira vista, uma batalha desigual.

Durante entrevista com o comandante do Destacamento da Polícia Militar, responsável pelo Grupamento Fluvial do município de São Caetano de Odivelas, procurou-se articular a participação em uma das suas atividades de rotina, o que foi tranquilamente definido e acertado os devidos encaminhamentos.

FIGURA 28 – Excursão pelo Rio Mojuim



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2016.

FIGURA 29 – Excursão pelo Rio Mojuim



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2016.

Assim, saindo da sede do município de São Caetano de Odivelas, do porto principal da cidade, guiados pelo comandante do Grupamento Fluvial da Polícia Militar (Figuras 28 e 29), seguimos navegando o litoral, no estuário do Rio Mojuim até os limites com os municípios de São João da Ponta e os limites com município

de Curuçá, bem como o território da Vila de Cachoeira também banhado pelo Rio Mojuim (Figuras 30 e 31).

FIGURA 30 – Rio Mojuim na Vila de Cachoeira



FIGURA 31 – Rio Mojuim na Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Durante o percurso foi possível constatar a presença dos grandes empreendimentos imobiliários ao longo do Rio Mojuim, na orla da cidade, bem como as marinas e barcos luxuosos aportados nas mesmas (Figura 32), assim como a rede hoteleira e os condomínios de luxo com chamadas naturalistas (Figuras 33 e 34) que seguem até a Vila de Cachoeira.

FIGURA 32 – Marina particular às margens do Rio Mojuim



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

FIGURA 33 – Rede hoteleira e pousadas às margens do Rio Mojuim



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

FIGURA 34 – Rede hoteleira e pousadas às margens do Rio Mojuim



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Barcos de pesca esportiva (Figura 35) também são presenças constantes, revelando a prática independente de época ou temporada. A figura do pescador ribeirinho no rio Mojuim (Figura 36) é sempre presença garantida devido à dependência econômica e à relação territorial com o rio.

FIGURA 35 – Barco de Pesca Esportiva



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

FIGURA 36 – Barco de Pescador Ribeirinho



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

É comum também a presença de embarcações de pesca saindo da Vila de Cachoeira em relação ao “Norte” como os pescadores da vila se referem à pesca em alto mar, no oceano (Figuras 37 e 38).

FIGURA 37– Barcos de pesca de pequeno porte saindo da Vila de Cachoeira



FIGURA 38 – Pescadores se preparando para pesca.



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Na conversa com o pescador de curral em seu território de pesca (Figura 39 e 40), ficou evidente que a maior preocupação destes é quanto à questão do esgotamento do pescado, dado a pesca predatória, realizada com redes apoiadas e a falta de regulamentação do território de pesca. Os relatos também mostram que os perigos do mar, como assaltos, roubos de petrechos de pesca e do próprio pescado têm afastado muitos pescadores do rio.

FIGURA 39 E FIGURA 40 – Pescador de Curral em seu Territorio de Pesca



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Procurando saber os maiores conflitos na pesca para o pescador ribeirinho, não ter um território de pesca específico já que pescadores de outros municípios também são usuários do mesmo território, não ter condições de concorrer com pescadores que têm melhores petrechos de pesca, nem poder lutar com os pescadores da pesca esportiva, pois pertencem à classe econômica alta da cidade, constituem-se os maiores conflitos, geradores de muitos problemas na territorialização dos pescadores da Vila de Cachoeira.

FIGURA 41 – Barcos de Pesca ribeirinha



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Para o comandante do Grupamento Fluvial, a luta do pescador ribeirinho e do pescador artesanal com a pesca esportiva pode-se considerar desigual, haja vista a diferença econômica e social que há entre eles. Segundo ele, a incidência de vários conflitos que vêm ocorrendo constantemente na dinâmica territorial pesqueira, na Vila Cachoeira, só vêm aumentando. A saber, os mais frequentes incluem:

- A pesca predatória com petrechos de pesca considerados fora do padrão para a captura do pescado na região.
- A pesca industrial com seu potencial tecnológico e sua capacidade de produção bem maior que a pesca artesanal.
- A vulnerabilidade que o pescador está exposto em alto mar.
- A invasão de pescadores de outros municípios dividindo o mesmo território de pesca.

- A pesca esportiva e a ocupação imobiliária das margens do rio Mojuim, limitando o acesso dos pescadores do território de pesca em que estes estão inseridos.

4.1.3. Pesca artesanal X esgotamento dos estoques pesqueiros

No que se refere ao esgotamento dos recursos pesqueiros e o uso desordenado do território, as práticas predatórias mais utilizadas incluem a pesca com a rede “apoitada”, ou seja, parada, fixa, presa por objetos pesados como pedras ou ferros, que permite atingir maiores profundidades, alcançando os berçários e, por ser formada de uma malha mais fina, captura peixes de todos os tamanhos, inclusive aqueles que não atingiram o tamanho apropriado para venda ou consumo próprio, configurando uma pesca predatória de prática cada vez mais comum entre os pescadores. Com a utilização desta, a captura torna-se devastadora, por ser formada de uma malha pequena os peixes menores tornam-se presas fáceis e como não são qualificados para a venda e nem para o consumo próprio são descartados às margens do rio, ou nas rampas de acesso existentes na Vila de Cachoeira e na sede do município.

Além desta, a pesca de arrasto é uma prática corriqueira entre os pescadores que acrescentam várias “braças” de rede tornando-a maior, aumentando sua capacidade de captura, cercando o pescado com redes à deriva, arrastando tudo o que encontra no seu curso.

Em relação aos pescadores de currais, atualmente estão fixados ao longo do estuário do rio Mojuim que precisam de licença de uso que é garantido através de alvará, retirado junto a Colônias dos Pescadores (Z4) que adotou este sistema de concessão dado o crescente conflito entre pescadores que alegavam ser donos do território do curral como herança familiar, alegando que seus antepassados já usavam aquele território.

Na discussão das espécies consideradas mais importantes para a preservação, considera-se prioritariamente o caranguejo, a pescada amarela, dado ao significativo valor econômico e a Pirapema por seu valor social junto à comunidade pesqueira, dado ao seu volume de produção.

Procurando saber a opinião dos pescadores da Vila de Cachoeira a respeito de alguns critérios que pudessem promover a proteção do território de pesca e do pescado, já investigando sobre alguns possíveis indicadores para os Acordos de Pesca, alguns pontos mostram-se interessantes.

Para os pescadores, os moradores do município que vivem da pesca teriam prioridade em usar o território e retirar o pescado, estaria excluído deste processo, o pescador esportivo, pois alegam que estes não precisam se beneficiar do pescado que dali é retirado. A pescada Amarela e a Tainha são apontadas como espécies de maior importância, com métodos e períodos específicos para sua captura, sendo proibida a pesca na época de reprodução para evitar seu possível esgotamento. A pesca de malhadeira, com malha 18 ou 20, o espinhel e o curral seriam estabelecidos como artes de pesca a serem desenvolvidas em seu território. Estaria desabilitado o uso da rede apoitada, a pesca de arrasto e de curral em alto mar.

Empiricamente, segundo os pescadores da Vila de Cachoeira, estes seriam os principais critérios que estariam na base da formulação dos acordos para a gestão dos recursos pesqueiros. Dos que vivem da pesca na Vila de Cachoeira, estes se consideram pescadores artesanais, profissionais e revelam que a maior dificuldade que enfrentam na arte da pesca é a escassez do pescado, que, como eles mesmos enfatizam, tem diminuído a cada ano. Além disso, a concorrência também é apontada como uma dificuldade presente, pois a cada ano é crescente a quantidade de barco que é colocado no rio periodicamente.

Assim, revela-se uma luta paradoxal, ao passo que diminui o pescado e aumenta a frota pesqueira, pois segundo os próprios pescadores, cada um pode construir e equipar novos barcos quando e como puder. Eis aí mais um desafio posto para reflexão no que tange à formulação dos Acordos de Pesca, revelando não só a preocupação com a escassez, como também com o crescente número de usuários que retiram do rio os meios de sobrevivência.

CAPÍTULO 5. ACORDANDO NA CACHOEIRA: INSERINDO E EXCLUINDO PESCADORES

Relatórios da Colônia de Pescadores ⁴ (Z4) mostram que 3958 pescadores estão inscritos atualmente, para uma estimativa de aproximadamente mais de 3000 que exercem a pesca sem vínculo com a Colônia. Revelando uma prática da atividade pesqueira sem relação associativa com a Colônia de Pescadores. E dos que são matriculados, em torno de 150 costumam participar das assembleias administrativas, realizadas mensalmente (ordinária ou extraordinariamente), de acordo com a urgência e caráter do assunto a ser tratado. Este número aumenta para 1300 em média quando o assunto está relacionado diretamente com ajuda de custo e financiamentos, via programas de governo para o pescador.

Os principais benefícios requeridos pelos sócios são: aposentadoria, salário maternidade, aposentadoria por invalidez, salário reclusão, auxílio doença, auxílio saúde. Podendo ser inscritos em programas de governo como: Fome zero, Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), Amazônia Florescer.

Com uma matrícula no valor de R\$30,00 e uma mensalidade de R\$10,00 o pescador se torna sócio da Colônia, porém, percebe-se que, mesmo com um valor baixo a ser pago mensalmente, muitos pescadores não se preocupam ou não têm interesse em se associar e requerer os benefícios sociais a que teriam direito de adquirir através do registro de associado.

Para a direção da Colônia, um dos maiores desafios no momento consiste na sensibilização dos pescadores acerca da necessidade de se organizarem, enquanto instituição, participando mais efetivamente das lutas que a Colônia tem se envolvido pelos direitos dos pescadores.

“Eles acham que só pagar a mensalidade de R\$ 10,00 é o suficiente e por isso não participam das reuniões nem das lutas da Colônia” (E 04).

No que se refere a um trabalho que envolve educação ambiental, até no momento, restringe-se a orientações básicas, à proteção dos rios e dos estoques

⁴ Colônia dos Pescadores (Z4), data de sua fundação em 05 de fevereiro de 1920, localizada na sede do município. Esta foi criada com intuito de agrupar e organizar os pescadores em busca de melhorias para esta classe de profissionais que tem como meio de vida as atividades pesqueiras de modo artesanal, é também a principal responsável pelos programas sociais a que os pescadores associados pertencem.

pesqueiros, revela a direção da Colônia, que acredita que com a proposta da RESEX para o manejo dos recursos pesqueiros, algo mais significativo possa ser realizado.

Quanto aos Acordos de Pesca, o mesmo é aguardado com grande expectativa pela direção da Colônia, por acreditar que os benefícios a serem alcançados com eles representam um grande passo na conservação dos estoques pesqueiros e na proteção do território de pesca. No entanto, reconhecem que as dificuldades para implantação dos mesmos são as mais variadas possíveis, incluindo conflitos que exigirão muita luta e coragem, ressalta a direção da Colônia, que acredita também que uma política de proteção e uso responsável do território pesqueiro do município implica em medidas específicas e rigorosas e enfatizam que os pescadores industriais, os pescadores esportivos e os grandes empreendimentos imobiliários, que privatizam o território de pesca do pescador ribeirinho, deverão ser excluídos ou receber leis mais severas para usar o território de pesca, além das embarcações sem registros junto à Marinha do Brasil para navegação e captação de recursos do mar.

Segundo a gerência da RESEX Mocapajuba, a falta de um trabalho sistemático sobre educação ambiental tem deixado uma lacuna na vida dos pescadores, comprometendo sua interação responsável e consciente com seu território de pesca. Atualmente, a sistematização de uma proposta de educação ambiental, a partir do Plano Gestor da RESEX, tem se mantido uma das suas prioridades, pois visa um trabalho de sensibilização dos usuários dos recursos acerca de uma política de preservação e renovação dos estoques pesqueiros e de uso regulado, o que já faz parte das ações estratégicas para a elaboração do Acordo de Gestão, onde estão inseridos os Acordos de Pesca.

O que chama atenção, no entanto, é que a maior preocupação no que se refere ao Plano de Gestão diz respeito não necessariamente à inclusão de usuários no Acordo de Pesca, mas, sobretudo, na exclusão de usuários, principalmente quando estes supostos usuários a serem excluídos ou com acesso restrito, ou normado, são por muitos denominados como “donos do poder”, por pertencerem à classe econômica alta, do poder público municipal, até estadual, já que a rede hoteleira, marinas particulares e luxuosas residências no litoral da cidade pertencem justamente a esta classe social e estão inseridos no grupo de risco potencial à

exaustão dos estoques, uso desordenado do território pesqueiro, além de restrição e privatização do território de pesca de uso dos pescadores que dividem o mesmo território, como indicam os resultados das pesquisas realizadas pela RESEX.

E quanto aos pescadores que utilizam a rede “apoitada”, aquela que captura um volume alto de pescado, incluindo aqueles que ainda não estão apropriados para o consumo, não deixa de ser um desafio preocupante, tendo em vista que se trata de uma prática que para eles o que interessa é o pescado de hoje, de agora, pois estão baseados num nível de consciência que acredita que o peixe sempre existiu e sempre existirá. Pressupondo um trabalho lento de sensibilização, acompanhado de uma postura firme de aplicação e fiscalização dos instrumentos legais previstos a partir do Plano de Gestão.

Nos dois contextos trava-se uma luta de resistência e determinação, exigindo um conjunto de ações bem elaboradas com previsão de garantia de sucesso, com formulações estratégicas e eficientes para que a efetivação dos Acordos de Pesca não venha sucumbir diante destes percalços que ora se revelam.

Na discussão sobre excludibilidade do território nas configurações dos arranjos locais através do Acordo de Gestão, os trabalhos iniciais que pressupõem a normatização do território pesqueiro em São Caetano de Odivelas apontam para uma ação mais evidente do ordenamento territorial e da legitimação ou perda de território. Assim, os estudos preliminares para os Acordos de Pesca apontam que estarão excluídos deste processo uma demanda significativa de usuários, destacando-se alguns pontos relevantes, os quais serão enumerados para facilitar a exposição e análise dos mesmos.

1. O pescador ribeirinho para ser considerado como efetivo pescador e gozar dos direitos que os Acordos de Pesca lhe trariam, teriam que perfazer três dias semanais de pesca exclusiva, ou seja, uma jornada de atividade pesqueira equivalente a 12 dias mensais, do contrário não se encaixa na categoria de pescador com atividade pesqueira economicamente e socialmente ativa.

2. O controle da frota pesqueira também passará por rigorosa normatização e fiscalização. Atualmente, apenas uma pequena parte da frota pesqueira que atua no município mantém registro na Marinha do Brasil.

3. O pescador deverá manter vínculo associativo com a Colônia de Pescadores, que participará diretamente das ações junto ao ICMBio/IBAMA e

RESEX das ações que fomentam os direitos, deveres, controle e fiscalização da atividade pesqueira ali materializada.

4. Quanto à pesca esportiva, a proposta versa na regulamentação da mesma e na efetivação de sua prática, baseada na legislação vigente.

5. Os pescadores de curral deverão classificar de forma que os mesmos não ofereçam riscos de assoreamento às margens do rio, sendo levados a procurar outro território e conseqüentemente outros locais pesqueiros, para aqueles cujos currais estão em locais que oferecem riscos ao meio ambiente.

6. Todo pescador deverá ter seu registro regulamentado no Registro Geral da Pesca RPG, assegurando-lhe o direito ao exercício de sua atividade como pescador profissional.

7. O pescador industrial que realiza a pesca clandestina no território de pesca do pescador artesanal, que ao deixar a área de pesca é logo invadida por pescadores industriais e retiram de forma predatória, principalmente com a pesca de arrasto, uma grande quantidade de pescado, criando uma disputa desleal devido sua maior capacidade tecnológica, comprometendo os resultados da pesca artesanal que tem seu território invadido e “saqueado” como consideram os pescadores.

Segundo dados da Colônia de Pescadores, o impacto nesta mudança pressupõe um novo paradigma que deixará excluído do exercício da pesca, o pescador, ou pescadores, já que a capacidade dos barcos varia de 5 a 8 pescadores, cujo barco não estiver legitimamente regulamentado com seu registro devidamente atualizado na Marinha do Brasil, tendo em vistas que os custos com as adaptações necessárias com a embarcação são altos, além da burocracia que exige que estes se ausentem muito tempo do rio e de sua atividade pesqueira, trazendo prejuízos significativos para a vida do pescador, que prefere garantir o sustento da família a se ocupar com questões de legalidade burocrática.

Estarão excluídos todos os pescadores que resistirem em se manter vinculados à Colônia de Pescadores do município, cujos dados revelam que dos que exercem a pesca no município, mais de 60% não são matriculados na Colônia, o pescador estará condicionado a um vínculo associativo para o exercício da pesca, assegurado pela Colônia, uma forma mais segura além de garantida, assim ecoa no discurso vigente.

No entanto, a resistência dos pescadores em se associar é recorrente nos relatos dos pescadores, que caso não cedam às novas condições ficarão impedidos de pescar ou pescarão e seriam vistos como infratores, já que estariam fora da legalidade para o trabalho da pesca.

Da mesma forma, estarão excluídos dos arranjos legais, reguladores do plano de manejo dos recursos pesqueiros, aqueles que exercem a pesca sem vínculo associativo com a Colônia de Pescadores e sem RPG. Por esta obrigatoriedade, aumentam as dificuldades de acesso ao território de pesca sob a égide dos novos arranjos locais.

Analisando a relação das colônias de pescadores e as instituições públicas que são geridas as políticas voltadas para o pescador, vale considerar as palavras de Silva (2014) quando assinala que tal relação é fundamentada por uma postura burocrático/legal, orientada por princípios populistas, personalistas e clientelistas, que acaba por impedir que a política pública se realize no território dos pescadores, e as que chegam revelam-se de forma fragmentada, mediadas pelas fronteiras das tensões e dos conflitos, quando por vezes negam o pescador, negando a história dos lugares e impedindo-os de pescar, justificado quase sempre pelo discurso político da proteção ambiental, sem reconhecer que o pescador é parte daquela territorialidade “natural”.

Pois, segundo Silva (2015), o que quase sempre acontece é que com a justificativa de proteger a natureza, pode significar negar aos homens as heranças culturais que fazem parte da relação homem natureza, nos quais bem souberam lidar para sua tradição e cultura.

No que se refere aos Acordos de Pesca, Said (2010) chama atenção para o fato de que os conflitos podem aumentar ou diminuir sob a égide dos Acordos de Pesca, pois, em alguns casos os mesmos de fato ajudam a diluir conflitos através da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, legitimando as atividades laborais dos pescadores, em outros casos, os Acordos de Pesca também geram conflitos devido à restrição de espaços laborais.

Quanto ao pescador esportivo que pesca livremente, apropriando-se de todo o pescado dali retirado, o mesmo deverá exercer sua prática voltada estritamente para o lazer. Pois, segundo a Instrução Normativa 09/2012 Art. 11, que a define como atividade de pesca, tendo finalidade o lazer e o esporte de natureza não

comercial e deixa claro que deverão ser respeitadas as normas que regulamentam a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável que dispõe sobre:

- Os regimes de acesso
- A captura permissível
- O esforço de Pesca sustentável, os períodos de defeso
- As temporadas de pesca
- Os tamanhos de captura
- As áreas interditadas ou reservadas
- As artes, os petrechos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo
- A capacidade de suporte dos ambientes ou recomposição de estoques
- As necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade.
- A proteção de indivíduos em processo de reprodução

Relatos dos pescadores revelam que a insegurança por parte destes se dá pelo fato de acreditarem que para excluir o pescador ribeirinho, artesanal, marisqueiro, mesmo aqueles que usam petrechos considerados “fora do padrão” é fácil e mais provável, mas excluir o pescador esportivo que tem a “costa quente”, referindo-se à classe social a que pertencem e à influência política que estes mantêm, configura-se o grande desafio.

Para Silva (2014), a dominação não pode tudo dominar, o tempo presente é o tempo da vida no espaço em construção. E adverte que o debate da história do tempo presente inscreve-se entre o passado a ser superado, o presente como disputa de projetos, e de visões de mundo, e o futuro como devir, como possibilidades.

Desta forma, o presente para o pescador pode significar a necessidade de hoje, a manutenção da vida, da existência, podendo também dizer respeito pelo produto de suor e riqueza, pela permanência de sua técnica, de sua habilidade, de sua prática para futuras gerações de pescadores. Para os dominantes, entretanto, o futuro é progresso, projeto para fortalecimento do capital, do mercado, do turismo, da projeção pessoal.

Assim, é válido considerar que negar o passado para construir o futuro pode ser um risco muito alto, apontar possibilidades também exige cuidados e atitudes específicas.

A relação do pescador com o urbano reflete em transformação mediada pelos processos de modernização e também com as relações entre o estado e as instituições mediadoras dos pescadores, mediada sempre pelo jogo das inovações e de exclusões (SILVA, 2014, p.24).

Em suma, surge um novo perfil de pescador na Vila de Cachoeira bem como em território de pesca em São Caetano de Odivelas, aquele que ora exerce a pesca baseado no livre acesso, no compadrio, agora deverá observar onde, quando e como se relaciona com o rio. Seu território de pesca adquire novos olhares, sua territorialização pressupõe um território normado, legalizado, balizado por arranjos institucionais que eram desconhecidos. Além de tornar ilegal, criminal os que não se enquadram nos padrões desta legalidade, daí o exercício da excludibilidade como parâmetro para efetivação de território normado.

5.1. Oficinas de mapeamento participativo

A participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos, que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe à confecção dos mapas, pois a partir do processo de construção de mapas, demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva (PLESSMAN, 2013). Cada situação de mapeamento tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de mapeamento participativo realizados no Brasil, pode ser a seguinte: i) busca por legitimidade; ii) busca por informações mais precisas; iii) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos (PLESSMAN, 2013).

Cubides (2009) indica que com a cartografia social surge uma metodologia que busca o trabalho em grupo, com o objetivo de realizar diagnósticos participativos, como resultado do reconhecimento do território através de distintos mecanismos com a observação, conversa com a população com abordagens de

realidades dos mesmos, então estas informações são refletidas no mapa do território a ser construído.

Desta forma, o método da cartografia social neste trabalho visa buscar a utilização do conhecimento local para a elaboração de mapas, que apresentem informações adicionais, levando em consideração a forma de como a comunidade utiliza e reconhece o território, pautada num contexto relacional, ou seja, sendo produto de um cotidiano interativo do sujeito que mapear seu próprio território. Como resultado desta interação, é possível mapear conceitos sociais como: problemas ambientais, situação de conflitos, transporte escolar, trabalho, história de vida e entre outros (LIMA & COSTA, 2012).

Para a realização do mapeamento participativo foi necessário, antes de tudo, escolher o público alvo. Buscar, recrutar e conversar com pessoas que são ligadas a atividades pesqueiras da Vila de Cachoeira, com vasto conhecimento dos pontos da localidade e do território de pesca por eles utilizado.

FIGURA 42 – Oficina de Cartografia



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Através da direção da RESEX foram articulados todos os procedimentos para a realização da oficina de Mapeamento Participativo, incluindo data, hora, local e clientela envolvida. E com o auxílio de dois bolsistas do GAPTA (Grupo Acadêmico de produção Territorial e Meio Ambiente da Amazônia) em 21/05/2016, na residência de um pescador da localidade, com participação de pescadores locais, a gerência da RESEX e diretor da Colônia dos Pescadores, foram realizadas as atividades

concernentes à aquisição das informações necessárias à representação cartográfica do território de pesca dos pescadores da Vila de Cachoeira (Figuras 42, 43 e 44)

FIGURA 43 e FIGURA 44 – Construção do Mapa Participativo pelos pescadores



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016. **Fonte:** CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

Inicialmente, foi realizada uma primeira conversa geral com todos os que participaram, explicando passo a passo como se daria a oficina de Mapeamento Participativo e quais os objetos que eles utilizariam no decorrer da oficina, deixando bem claro que os mapas serão demarcados por eles de acordo com os objetivos voltados para a demarcação da área de atividade pesqueira, além de pontos de fixos onde a pesca é economicamente ativa dentro da localidade e que não se importem em demarcar seus locais de convívio.

Em seguida, foi feita a explicação por completa sobre o que é o Mapeamento Participativo, seu conceito e sua história e como a população é de fundamental importância para a sua construção e como será construído. Com exemplos de comunidades próximas que já fizeram o mesmo trabalho, para que todos ficassem mais confortáveis, foi apresentado a todos o mapa da região onde está localizado o município de São Caetano de Odivelas e mapa correspondente a área da RESEX, todos em branco, plotados em papel A1, sem nenhum tipo de simbologia, para que a localização fosse feita a partir das suas próprias percepções da localidade.

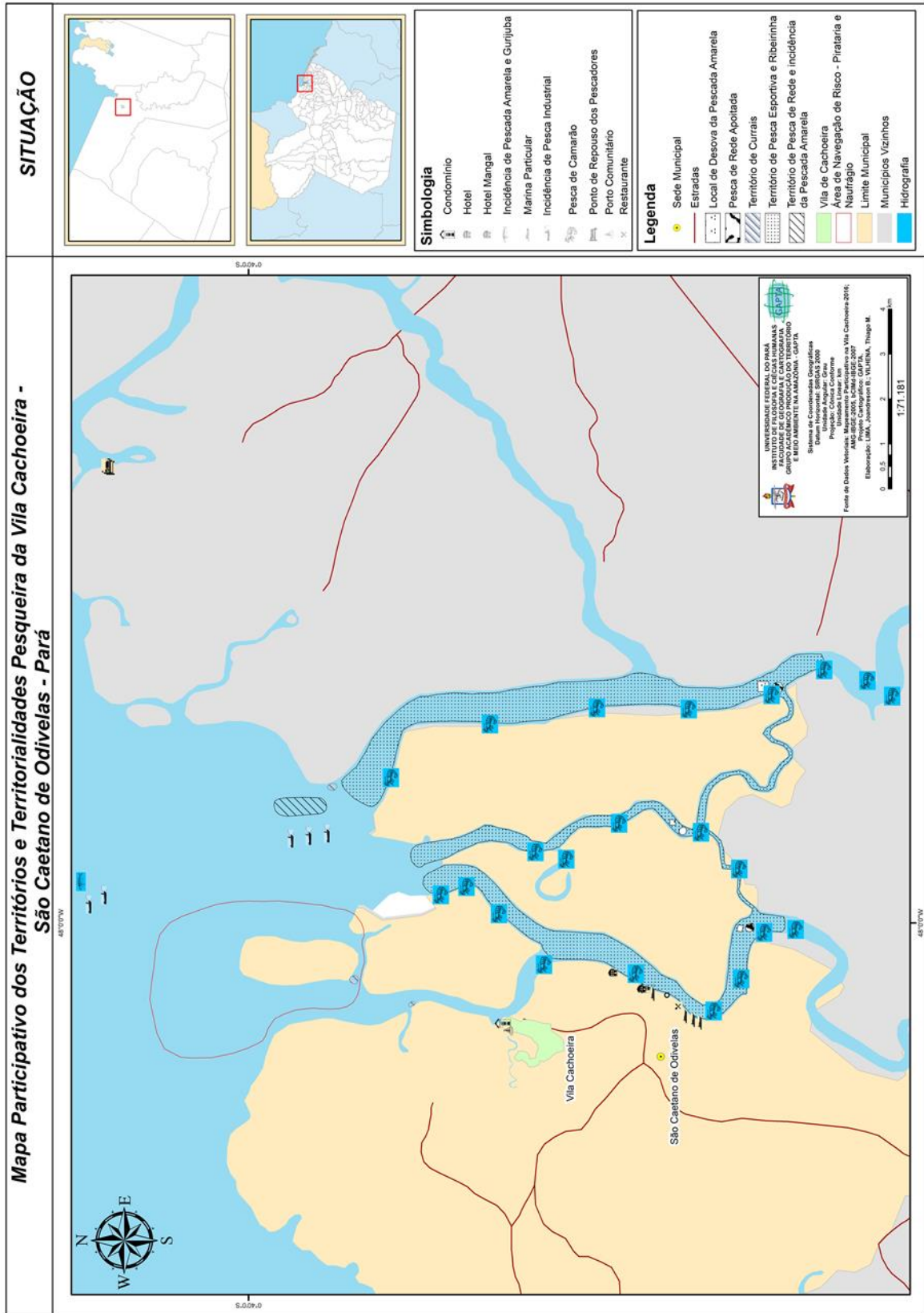
E assim, foi possível a interação dos pescadores com o mapa, onde estes puderam fazer as devidas anotações no próprio mapa, indicando ponto a ponto dos locais relacionados com a pesca e sua territorialidade. Assim, foram apontando os locais segundo os temas abaixo relacionados:

- Locais dos pesqueiros
- Áreas de conflitos
- Tipos de pesca (malhadeira, curral, arrasto)
- Tipos de pescados
- Locais de pesca (ribeirinha, esportiva, artesanal, industrial)
- Pontos de embarque e desembarque do pescado

Os procedimentos metodológicos acima apresentados nos embasaram a atingir nossos objetivos que culminaram na consolidação do mapeamento do território de uso dos pescadores da Vila de Cachoeiras.

Assim, foi possível analisar a dinâmica territorial dos pescadores artesanais da Vila de Cachoeira em São Caetano de Odivelas, apresentando informações a respeito do uso do território, através da elaboração de um mapa síntese contendo as informações cartográficas de suas territorialidades de pesca, envolvendo informações referentes às áreas de conflito, locais de maior incidência das espécies capturadas, tipos de pescados, utilizando os fundamentos da cartografia social como um instrumento de representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da Vila de Cachoeira, pois quando se trabalha nesta problemática relacionada a mapeamento, a cartografia possui ferramentas e instrumentos fundamentais para a representação do território de uso das comunidades, com a metodologia de cartografia participativa, a qual a partir de sua disseminação tecnológica tem servido de suporte para a representação do território de comunidades, sobretudo com o objetivo de posse e uso coletivo da terra e de seus recursos.

MAPA 3 –Território e Territorialidades dos Pescadores da Vila de Cachoeira



Fonte: Projeto Cartográfico GAPTA/UFGA

A partir das informações contidas no mapa de territorialidades (Mapa 3), é possível afirmar que os pescadores da Vila de Cachoeira constroem suas territorialidades tendo a pesca como sua principal atividade econômica, para manutenção da vida e dos saberes tradicionais, como mostra o mapa participativo das territorialidades, onde é possível perceber a dinâmica e a influência que a pesca exerce na vida social, cultural e econômica destes pescadores.

A parte antropizada do território também é representada com pontos específicos dos hotéis, condomínios e marinas particulares que, dada a sua localização e dinâmica em relação ao rio, privatizam o território de pesca que compreende a orla do rio Mojuim que banha a sede do município e a Vila de Cachoeira, afastando o pescador ribeirinho para áreas cada vez mais distantes do rio.

A presença de pescadores que realizam a pesca em alto mar é fortemente evidente entre os pescadores da Vila de Cachoeira. Muitos pescadores, aqueles considerados mais experientes, chamados de encarregados, são contratados pelos agentes do pescador, aqueles que detêm os recursos financeiros e as embarcações para a realização deste tipo de pesca. Estes contratam pescadores habilidosos com oferta de pagamento baseado na quantidade de pescado capturado, excluindo desde as despesas usadas pelos mesmos durante a pesca, o investimento com combustível, recebendo como adiantamento um vale que é deixado para o sustento da família enquanto este estiver no mar. Existem entre estes, aqueles pescadores com habilidades especiais, dito dos que conhecem os locais dos cardumes e sabem ouvir o “barulho do peixe”, a eles é direcionada uma quantidade adicional de pescado.

O pescado capturado, depois de avaliado e pesado, é calculado em real, porém o pescador recebe em mercadoria, ou seja, o peixe, como resultado dos seus ganhos, que é comercializado pelo preço de mercado, tendo certa autonomia para negociar e extrair seu lucro.

Os principais locais de embarque e desembarque do pescado são os portos da Vila de Cachoeira (Figura 45) e o porto da sede do município (Figura 47), além destes, os pescadores contam com os portos comunitários (Figura 46) existentes ao longo do rio Mojuim na Vila de Cachoeira.

FIGURA 45 – Porto da Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2016.

FIGURA 46 – Porto Comunitário da Vila de Cachoeira



Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de campo. 2016.

FIGURA 47 – Porto da Sede Municipal



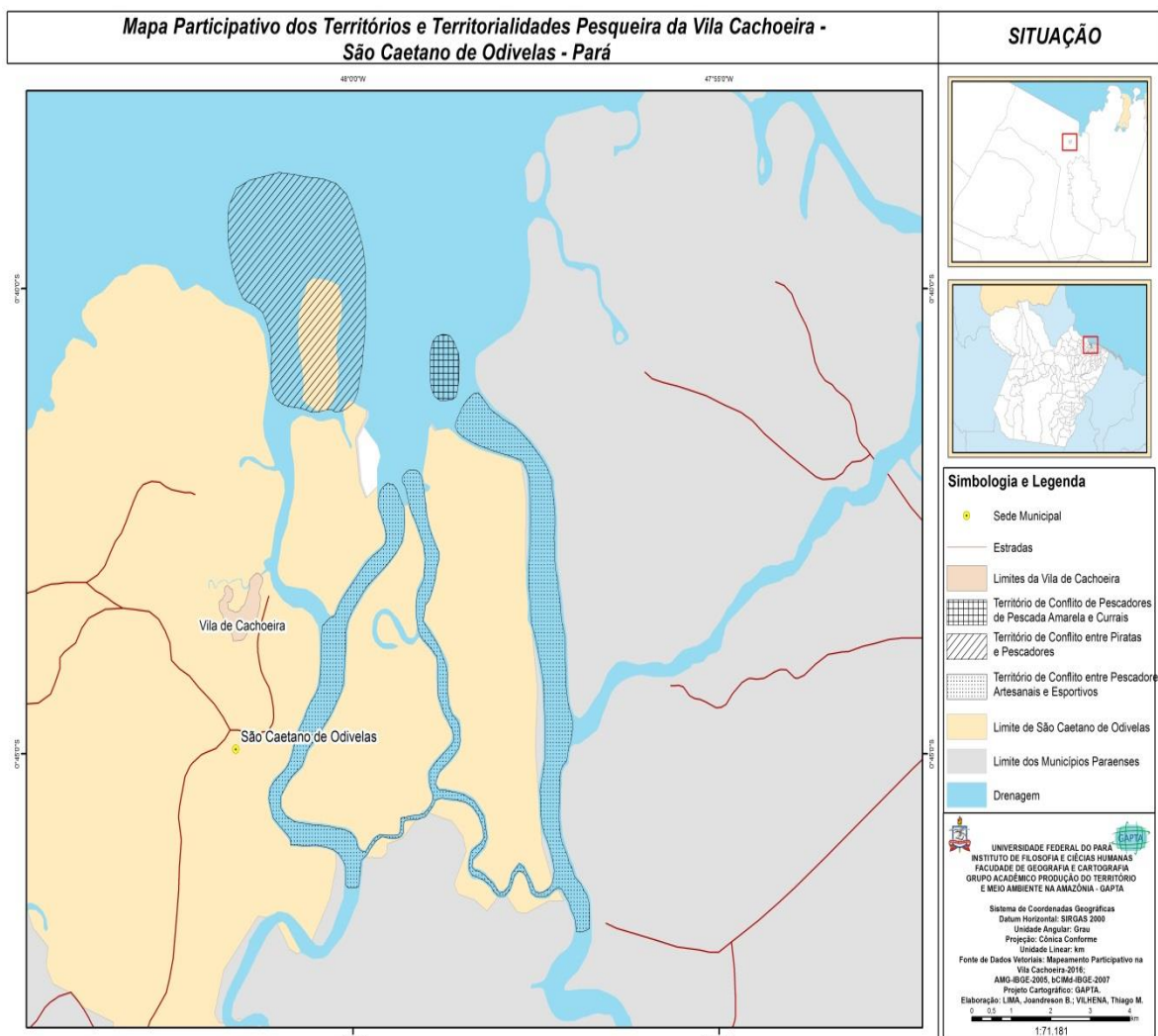
Fonte: CASTRO, G.F. Trabalho de Campo. 2016.

A produção pesqueira é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais, que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Este jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira: ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores:

aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os “segredos” dos rios ou dos mares se destacam no grupo. Este conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade.

A noção de solidariedade é forte entre os pescadores artesanais, a amizade “está associada à ajuda da família e à colaboração dos compadres”. Vale observar que a pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas é desenvolvida tanto no mar quanto nos rios, podendo o pescador trabalhar com espécies diversas e utilizar várias técnicas e petrechos.

MAPA 4 – Pesca e conflitos no território de pesca na vila de Cachoeira



Fonte: Projeto Cartográfico – GAPTA/UFGA

Como vemos no Mapa de Conflitos do território de pesca da Vila de Cachoeira (Mapa 4), a pesca ribeirinha e a pesca esportiva acontecem no mesmo território, compreendendo os estuários dos rios Mojuim, Maripanema e o rio Mocajuba. A saber, são estes os principais berçários dos peixes capturados, entre eles, a pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e a Tainha (*Mugil Cephalus*), muito valorizado por seu significado econômico e de produção. A pesca de curral e de camarão também acontece ao longo desses rios.

É aí também que acontece a pesca com rede apoitada, que se configura na verdade uma armadilha predatória, que mesmo proibida é usada para captura dos peixes quando os cardumes procuram os berçários para a reprodução, tornando a pesca devastadora, impedindo que os estoques se renovem, comprometendo o futuro da pesca na região.

E por dividirem o mesmo território, entende-se a existência de conflitos entre os pescadores ribeirinhos e os pescadores esportivos; de um lado, pescadores esportivos com alto poder de captura; do outro lado, pescadores ribeirinhos com embarcações menores e equipamentos simples, tradicionalmente conhecedores e usuários do território, que estão intimamente ligados aos saberes, à cultura e à economia do município, que dividem o território com o pescador esportivo, recentemente inserido nesta nova dinâmica territorial da pesca, com potencial bem maior de êxito nas suas investidas ao rio e com um esforço de pesca bem menor em relação ao pescador ribeirinho.

Segundo, Furtado (2009) a exploração intensiva dos recursos naturais aquáticos, por aqueles que possuem maior domínio da tecnologia pesqueira, tem levado ao longo do tempo ao empobrecimento da classe dos pescadores tradicionais, que por falta de esclarecimento e opções se veem obrigados a utilizarem técnicas predatórias no intuito de garantir pelo menos um mínimo de lucro que seja em relação aos outros companheiros que utilizam mais esforço de pesca com uma tecnologia ecologicamente correta.

Segundo os pescadores artesanais, eles precisam avançar para proteger os berçários, evitam pescar no estuário para proteger o futuro dos estoques, pois sabem que sua dependência do pescado é permanente, enquanto que a pesca esportiva tem retirado do rio mais que o permitido para pesca esportiva.

“Pescador daqui não pesca aqui no estuário, porque é o lugar do peixe desovar, não pegamos peixe pequeno, nem tainha ovada, agora se você quiser comprar tainha ovada é só comprar desses pescadores de rede apoitada que se mete nesse rio ai de madrugada e faz o terror com os peixes” (E 35).

Para os pescadores artesanais que realizam a pesca em alto mar, os pesqueiros mais procurados são os da pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e os da Gurijuba (*Arius Parken*), pelo alto valor econômico tanto do pescado quanto do grude.

No entanto, os riscos que esta pesca representa têm sido atos desafiadores para os pescadores da Vila de Cachoeira, haja vista que os perigos do mar e o tempo de pesca cada vez maior, têm deixado o pescador cada dia mais temeroso e “aventureiro”, como eles costumam se autodenominar.

“A gente sai pra aventurar no rio, não é sempre que dá, já teve vezes de passar quase quinze dias no mar e não pegar quase nada, o dono do barco é que perde, que tem que arcar com o prejuízo, de uns tempos pra cá a gente tem virado aventureiro do mar” (E 30).

Por conhecerem seu território, eles sabem exatamente as áreas onde estão mais vulneráveis, no entanto, a necessidade de chegar aos pesqueiros faz com que superem os perigos do mar e enfrentem os riscos da navegação.

Os principais riscos em alto mar, como mostra o mapa, configura-se uma determinada área que representa a maior vulnerabilidade dos pescadores aos ataques dos “piratas do mar”, que atacam e saqueiam suas embarcações, comprometendo todo o resultado de pesca, além de os deixarem um tempo maior fora do mar, já que terão que adquirir novos equipamentos e petrechos de pesca. Sem falar dos riscos de morte a que estão expostos.

“Além d’eles levarem todo o nosso peixe, levam nossas redes, nossos equipamentos e isso é o de menos, já escaparam de matar pescador, já tem chegado pescador direto pro hospital aqui” (E 29).

Nesta mesma área, a pesca de curral em alto no mar também não deixa de ser um perigo à parte, já que estes são fixados em áreas impróprias, justamente no curso de navegação das embarcações. Com a maré alta fica difícil sua visualização, necessitando de um conhecimento mais acurado do território de pesca para evitar colisão com os mesmos. No entanto, tal conhecimento, muitas vezes, não tem sido

suficiente para evitar os danos, pois não é raro o relato de experiência de perdas do pescado como resultado de colisão das embarcações com estes currais que são construídos de madeiras pesadas, com esteios altos na sua estrutura, usados especificamente para a pesca do Mero⁵ (*Epinephelus Itajara*), que tem sua pesca proibida no Brasil, estando incluído na lista de espécies ameaçadas de extinção.

“Esses currais já têm botado muita barca pro fundo, num caso desse o cara tem que escolher entre o peixe e a vida” (E 28).

Sem falar na presença das barcas arrastadeiras que utilizam grandes redes, cercando o peixe, levando os maiores e desprezando no rio os peixes menores, dos quais servem apenas para consumo próprio garantindo a subsistência, não servindo para comercialização.

“Essas barcas vêm, levam os peixes graúdos e deixam pro pescador artesanal só os miúdos que só serve pra comer, ninguém quer comprar peixe pequeno” (E 32).

Dado aos longos períodos no mar, os pescadores mantêm uma área de repouso, utilizado para descanso durante o esforço de pesca.

De acordo com as informações contidas no mapa participativo construído a partir do conhecimento dos pescadores da Vila de Cachoeira, pode-se concluir que, mesmo sabendo de seus limites territoriais para a atividade pesqueira, a escassez do pescado tem levado o pescador da Vila de Cachoeira a avançar cada vez mais os limites de seu território de pesca permitido, mesmo não dispondo das devidas condições para a pesca em alto mar, o que tem muitas vezes culminado em acidentes, ocorrendo perda do pescado, ocasionando em consequências bem mais graves como alagamento das embarcações e até óbitos, devido aos altos riscos que os pescadores estão expostos no mar.

⁵ O ministério da Pesca determinou a proibição da pesca do Nero (*Epinephelus Itajara*) sob a Portaria Interministerial nº 13 e nº 14, englobando o desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares da espécie em todo território nacional.

5.2. Uma análise do processo de construção dos Acordos de Pesca e das novas territorialidades

Compreendendo o território como um conjunto de variáveis incorporado por uma população, um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana, que segundo (SANTOS, 2007, p. 96) “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, sendo “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi”. Pode-se dizer que o debate sobre apropriação do território vem na verdade se tornando um embate, que reside nos conflitos na busca pelo domínio dos recursos e meios de produção que o território oferece, residindo aí a luta entre dominantes e dominados, ou seja, quem tem a palavra de ordem e quem tem a passividade de submissão.

Desta forma, domínio, submissão, apropriação e poder são elementos figurativos que se impõem quando o assunto é uso e apropriação do território. Por assim dizer, a legitimação do território se dá mediante que as forças são mediadas pelo exercício do poder sobre aqueles que são dominados e, assim, balizado pelo domínio é que o território vem sendo materializado através das territorialidades que dele emanam.

É neste sentido que uma abordagem geográfica que considera o território como conceito básico para o estudo da sociedade deve contemplar, não só a porção da natureza e do espaço, mas também da sociedade e as condições que esta reivindica e materializa-se. Desta forma o território é compreendido como um conjunto de variáveis incorporado por uma população, um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

É o caso do território de pesca de São Caetano de Odivelas que é claramente estabelecido pelo livre acesso e pelas relações comunitárias e de compadrio entre as famílias de pescadores, que representam a maior parte da população do município. Além destas, está a classe social alta da cidade que está relacionada entre aqueles que livremente praticam a pesca esportiva, como indica o mapa de territorialidade e de conflitos, são estes os principais concorrentes dos pescadores ribeirinhos pelo uso do território.

A pesca artesanal pode ser classificada em duas categorias, já que a pesquisa mostrou que existem entre eles aqueles pescadores com maior poder

aquisitivo, que possuem as melhores condições e maior capacidade de captura, destacando-se também pelo fato de utilizarem como mão de obra aqueles pescadores cujos recursos são escassos e que não possuem capital para o financiamento da pesca em alto mar, causando com isso uma dependência (financeira e de mão de obra) entre pescadores da mesma classe (pescadores artesanais), onde um se sobrepõe ao outro pelo poder do capital. Revelando assim domínio e apropriação também entre os pares sociais daquele território.

Sem dúvida, o livre acesso do território de pesca tem gerado muitos conflitos na dinâmica territorial para apropriação dos recursos pesqueiros em São Caetano de Odivelas, cada um usa como se sente à vontade e com os recursos e o poder que mantém sobre o território. Assim, os recursos pesqueiros têm sido explorados gerando uma escassez cada vez maior e mais evidente na prática do pescador e são estes mesmos que têm percebido dia após dia a diminuição do pescado e conseqüentemente a instabilidade na garantia do sustento da família.

Por assim dizer, tanto pescadores ribeirinhos, quanto artesanais e esportivos, bem como os residentes locais e os órgãos públicos ligados à pesca (Colônia de Pescadores – Z4, Reserva Marinha Extrativista Mocapajuba), em consenso reconhecem que uma política de uso do território e manejo dos recursos pesqueiros, precisa ser estabelecida o quanto antes, para que o território de pesca em São Caetano de Odivelas não venha definhar cada vez mais, no limite de sua exaustão, o que levaria a economia do município para um patamar de risco social e vulnerabilidade dos residentes que dependem diretamente da pesca.

Neste sentido é que os esforços conjuntos entre Colônia dos Pescadores – Z4 e Reserva Marinha Extrativista Mocapajuba, buscam a implementação de um plano de manejo para o território pesqueiro que, a priori, será incluído dentro de um projeto maior, denominado de Plano de Gestão, onde serão incluídos os Acordos de Pesca. No entanto, as dificuldades postas são desafiadoras, pois cada categoria prevê um tipo específico de uso e lutas, e resistências já são evidentes.

Como falamos, o que é mais marcante entre usuários é a relação de poder que se estabelece entre eles, onde um se impõe sobre outro, seja pelo poder do capital, pela influência política, ou pela privatização do território, entre outras formas de domínio que ali são visivelmente presentes. Indicando que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um

território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). E são segundo Saquet, “essas relações que cristalizam o território e as múltiplas territorialidades” (SAQUET, 2005, p. 21).

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas e grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

No que se refere ao conceito de territorialidade, Saquet (2005) entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos, relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. Sendo apontada como uma expressão geográfica do exercício do poder em certa área, território, através do condicionamento de comportamentos.

É o mesmo que para Robert Sack, que define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, concretando, assim, seu território” (SACK, 1986, p. 19). E mais, “a Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área” (SACK, 1986, p. 6).

E desta forma, que os estudos prévios indicam que o processo decisório acerca das especificidades de uso do território pesqueiro mostra-se como principal ponto de impasse para elaboração do Plano de Manejo, haja vista cada categoria já está estabelecida em seu território e receia pelos prejuízos que a mudança poderia causar, principalmente os pescadores tradicionais que já viram várias vezes seu território sendo explorado por aqueles que segundo eles “não têm lei que os impeça”.

Nota-se que a insegurança em relação aos órgãos oficiais tem gerado pouco envolvimento dos pescadores nas decisões relacionadas ao Plano de Manejo, justificado pela falta de tempo, dado aos longos períodos de pesca em alto mar e à descrença nas políticas públicas para o pescador.

A garantia de uma política de preservação visando a renovação dos estoques pesqueiros tem atraído aqueles cuja prática tem sido mais afetada, como no caso dos pescadores ribeirinhos, que disputam o território tanto com o pescador

artesanal, quanto com a especulação imobiliária crescente no litoral da cidade. Conseqüentemente, a presença dos pescadores será maior quando as decisões apontarem para regras que porventura os deixem prejudicados.

Até o momento não se vê nem um posicionamento de representantes da classe de pescadores artesanais, muito embora estejam incluídos na categoria de risco potencial para exaustão dos estoques pesqueiros. Da mesma forma não houve nenhuma manifestação relacionada aos empreendedores no litoral da cidade, que têm privatizado e restringindo o acesso ao território pesqueiro nos limites de suas propriedades.

A garantia de uma gestão bem sucedida a partir de instrumentos jurídicos que visam a regulamentação do território pesqueiro, pressupõe uma prática que onde todos os envolvidos com a pesca sejam partícipes de uma construção que permita uma institucionalização coletiva enquanto diretriz de gestão território, que pela necessidade, e ao mesmo tempo da potencialidade na qual se tem a oportunidade para construir um processo novo, cheio de possibilidades e avanço, mas também de entraves desafiadores que precisam de uma ação estratégica para serem transpostos para que enfim possa garantir a governabilidade.

Um destes entraves reside no grau de exclusão que a proposta prevê para cada categoria. Pois criando área de exclusão e limitando o acesso e posse dos recursos pesqueiros, aumenta consecutivamente a tensão, as disputas, os conflitos e a resistência na gestão do território.

Na luta pelo exercício do trabalho, os pescadores de São Caetano de Odivelas têm sido abalados pelos empreendimentos portuários e turísticos crescentes no local, o que tem aumentado a urbanização da orla do rio Mojuim, um dos principais territórios de pesca, vendo-se diante de uma política de manejo obscurecida pela falta de segurança em relação ao que pode ou não legitimá-los enquanto pescadores.

Deste modo, já destacamos a necessidade de uma integração conjunta, onde todas as partes sejam ouvidas e consideradas, para que os pescadores com menos recursos não sofram como elos mais frágeis deste processo, que sobre o argumento de evitar a extinção das espécies, poluição, degradação e pesca predatória, incluem todos os níveis de pescadores em uma mesma categoria, onde todos são tidos como responsáveis pela situação atual do território pesqueiro.

Neste sentido, vale considerar as palavras de Silva (2015) quando ressalta a notoriedade da criação das Unidades de Conservação que, mesmo com um corpo gestor, acabam não efetivando os encaminhamentos da orientação nacional que remete ao manejo e investimento com troca de saberes locais e científicos na solução de problemas e acabam sendo instrumentos apenas de acesso à riqueza, proveniente da compensação que é distribuída de forma a suprir as necessidades dos sujeitos que de fato vivem a impactação das ações, tornando da mitigação, uma fábula.

Marcos Saquet (2013) ressalta que é importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado estaríamos desconsiderando diferentes formas de focar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, acrescenta que o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. E chama a atenção para o fato de que tal delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Da mesma forma como as relações cotidianas que produzem tradições, permanências e mudanças, unidade, no tempo e no espaço. Relações que são registradas pela memória individual e coletivamente. E tal identidade é processual e relacional, constitui-se historicamente, fruto e condição da territorialização, em que há relações multi escalares, totalizantes, desigualdades e diferenças, contraditoriamente (SAQUET, 2005).

Outra preocupação dos pescadores de São Caetano de Odivelas situa-se justamente na possibilidade de se estabelecer, através do Plano de Manejo, algumas áreas proibidas para navegação e prática da pesca, principalmente no que diz respeito à prática da pesca artesanal e ribeirinha, o que poderá configurar a exclusão dos trabalhadores, criminalizando suas práticas a partir do descumprimento das regras.

Vale ressaltar que esta preocupação é salutar, tendo em vista que o cuidado para que uma política de exclusão seja evitada deve ser o pilar de todas as

preocupações em torno da consolidação da proposta, enquanto mecanismo legal de manejo, pois, na verdade estes pescadores tradicionais já existiam, tendo suas vidas e seu território materializado muito antes do que qualquer arranjo legal. Por assim dizer, é muito importante evitar uma proposta de exclusão e aumento das desigualdades, mesmo que subtendida por balizadores legais por trás de uma justificativa de proteção, considerando que muitas vezes “a proteção da natureza acaba por punir as pequenas atividades e os trabalhadores, mas para o futuro, tornam-se áreas de interesse e de uso, em partes, de grandes empresas” (SILVA, 2015, p. 103).

Toda e qualquer política para o ordenamento do território deve se desenvolver de tal forma a não contribuir para uma prática excludente, do contrário, o aumento das desigualdades sociais, incluindo o aumento de esforço e o custo do trabalho pela privação dos equipamentos de trabalho ou do direito à liberdade de exercê-lo, torna-os incapazes de territorializar-se de forma bem-sucedida, tendo a forma de gestão do território mais como uma adversária do que uma aliada neste processo decisório (SILVA 2015).

Diante do exposto, a conjuntura atual que prevê a elaboração do Acordo de Gestão para o território pesqueiro aqui pensado, pressupõe uma ação estratégica elaborada de forma a minimizar as dificuldades no debate e formulação da elaboração dos Acordos de Pesca. Para isso, indicamos como base as orientações contidas nos estudos de Ostron (2001) e Silva (2015) como proposta de algumas ações na busca do sucesso das atividades que ora se desenvolvem no território pesqueiro de São Caetano de Odivelas.

- Estabelecer claramente os limites de uso dos recursos no âmbito do zoneamento e das regulamentações produzidas.
- Os critérios para ingresso de usuários devem ser explicitados e devidamente acordados.
- Deve-se garantir que os usuários tenham o direito de modificar suas regras de uso ao longo do tempo, atingindo assim novos patamares de acordos.
- As regras deverão corresponder ao que o sistema pode tolerar, sendo ambientalmente conservacionista, claras e facilmente impostas,

conforme o corroborado nas Arenas constituídas no âmbito do processo decisório instituídos regionalmente.

- O monitoramento às regras deverá ser estabelecido de forma mais justa possível, onde todos os usuários estejam envolvidos na fiscalização e no cumprimento das mesmas.
- A distribuição de direitos na tomada de decisão e de direitos aos coproprietários e usuários dos *commons* seja reconhecida como justa, conforme os consensos que forem possíveis de serem estabelecidos.
- Conceber métodos baratos e rápidos para a solução de pequenos conflitos conforme for construída a implantação dos acordos.
- Estabelecimento de instituições para o manejo de sistemas muito amplos, que deverá ser efetivado na medida em que se faça necessário ao longo do processo em desenvolvimento.
- Os conflitos entre diversos usuários devem ser reconhecidos como propulsores das mudanças e qualquer resolução será considerada apenas uma contingência, que logo poderá ser suplantada por novos descontentamentos.
- Considerar as comunidades pesqueiras, suas ações e seus trabalhos, incluindo ainda a inserção do mapeamento destes na cartografia territorial e maior detalhamento de participação efetiva e deliberativa dos pescadores.
- Inclusão do pescador e de sua liderança na comissão gestora, na política de manejo e no planejamento costeiro, bem como no desenvolvimento de projetos de educação socioambiental e de responsabilidade social e ambiental.
- Participação de cunho propositivo, nos projetos de compensação e mitigação em função das ações empresariais/imobiliárias com impacto no território.
- Reconhecer a história dos lugares, ou seja, das comunidades de pescadores artesanais, suas instituições representativas, suas áreas de embarque e desembarque, seu perfil na população econômica ativa e o mapeamento de seus trajetos e lugares de trabalho e comunidades

de vida coletiva, com o objetivo de reconhecê-los institucionalmente e socialmente.

- A participação efetiva de todas as instituições representativas de pescadores no conselho gestor da pesca, visto que a mesma impactará interna e externamente na vida dos pescadores da sede do município e das demais localidades.
- No caso das políticas de responsabilidade social e ambiental e da política de compensação das empresas, que haja participação ativa, efetiva e deliberativa junto às comunidades de pescadores e de suas lideranças representativas, com o fim de fazer valer ações de mitigação.
- Investimento em ações educativas e participativas junto aos pescadores com o intuito de realização de monitoramento das espécies, gerenciamento das coletas, ensinamento das técnicas de coletas, dentre outras ações possíveis que permitam a proteção da biodiversidade e a proteção dos pescadores artesanais locais.

Assim, é fundamental considerar que a relação território-uso-territorialidades em São Caetano de Odivelas, está sendo marcada por novos acontecimentos e novas ações estatais que, ao alterar o cotidiano, prevê a imposição de uma nova dinâmica territorial onde a produção territorial destes pescadores é atravessada por relações de poder, não somente do capital da classe econômica alta, mas agora também pelo exercício do poder do Estado através dos Acordos de Gestão.

Neste sentido, a territorialidade dos pescadores da Vila de Cachoeira se constrói como uma materialização histórica de importante relevância para a construção de um cenário, onde novas territorializações podem ser reveladas, pois vivendo em meio a disputas territoriais balizadas por normas que visam regular o uso seu território, não resta a menor dúvida que o que mais temem é o discurso justificado pelo progresso e melhorias, que indica que para ganhar é preciso perder, que para agregar é preciso subtrair, ou seja, que para incluir é preciso excluir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa contribuição para pensar a realidade da pesca na Vila de Cachoeira partiu da análise de situações conflituosas que vivem os pescadores, como disputa pelo território de pesca, escassez dos recursos pesqueiros, falta de confiança em relação aos órgãos de classe representativa e a proposta da RESEX para a formação do Acordo de Gestão, onde serão contempladas as normas para o uso e apropriação dos recursos pesqueiros e seu território.

Além de abrir possibilidades para pensar o processo de normatização do território sob a ótica da excluibilidade, onde se defende a necessidade de excluir potenciais usuários do processo e do uso de determinados espaços com justificativas legais. Por outro lado, pensar na dificuldade de gerir o uso do território e seus recursos quando a proposta prevê excluir ou normar o “poder”, ou melhor, os que representam o poder e o capital, como no caso de São Caetano de Odivelas e da Vila de Cachoeira aqui estudado.

Assim, os pescadores da Vila de Cachoeira, bem como de todo município, vivenciam conflitos no que diz respeito à valorização da orla da cidade e das comunidades banhadas pelo rio, que se traduz na especulação imobiliária com construção de resorts, hotéis, pousadas, condomínios residenciais, além de suntuosas residências e marinas particulares, atraindo cada vez mais pessoas para residirem ou passarem temporadas no litoral.

Sem falar que a luta dos pescadores, ribeirinhos da Vila de Cachoeira e de todos os que vivem da pesca em São Caetano de Odivelas, pelo exercício da arte da pesca vem enfrentando alguns entraves no exercício prático do uso de seu território de pesca, sendo abalado, sobretudo, com a urbanização chegada através deste crescente número de condomínios autosegregados ao longo do rio, antropizando e excluindo os pescadores que tinham sua atividade pesqueira ali praticada.

Para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

Porém, a escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado este pescador a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais, tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

Assim, a luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida.

O pescador é reconhecido como um ator social de grande relevância para o comércio e economia local, haja vista que a pesca assume um importante papel da economia Odivelense, pois é dela que a maioria dos residentes adquire manutenção e sustento financeiro.

No entanto, os dados revelam que a pesca na região está cada vez mais susceptível à exaustão, fragilizada, sobretudo, pela exploração intensiva e desordenada, realizada por barcos industriais que utilizam aparatos tecnológicos avançados para a captura predatória dos peixes, no território de pesca destes pescadores.

Os berçários estão ameaçados tanto pela pesca predatória, quanto pela disputa territorial entre pescadores esportivos e pescadores ribeirinhos, residindo aí um dos maiores perigos para o esgotamento dos recursos pesqueiros, já que os berçários são alvos destes ataques e desta disputa.

Quanto aos Acordos de Pesca, as atividades relacionadas à sua formulação, encontram-se em fase inicial, sob as diretrizes legais apontadas pela legislação em vigor através da articulação entre ICMBio, IBAMA e a RESEX Mocapajuba.

Vale ressaltar que, mesmo estando em fase inicial, os desafios postos são visíveis e merecedores de especial atenção, necessitando de medidas ousadas e corajosas para a manutenção e consolidação dos arranjos que ora se estabelecem.

Em primeiro lugar, destacamos os impactos ambientais promovidos pela antropização do litoral que segue até os limites com a Vila de Cachoeira. O despejo de rejeitos descartados no rio, oriundos dessas moradias, é evidente e denunciado pelos residentes. Além de que, a retirada das matas ciliares e a restrição de uso do rio nestes espaços pelo pescador são indícios de que o território usado vem sofrendo pela ação humana, descomprometida com um uso sustentável e

responsável do território, comprometendo não só o território pesqueiro, mas todo o ecossistema ali presente.

As discussões preliminares pressupõem que um novo perfil de pescador e de territorialidades emergem junto às novas configurações, que nascem a partir dos Acordos de Pesca. Tendo em vista que o próprio pescador deverá assumir nova postura para continuar exercendo suas atividades laborais dentro do novo modelo de gestão, do contrário estarão excluídos deste processo ou sem legitimidade para a prática legal de sua atividade.

No Caso de São Caetano de Odivelas e da Vila de Cachoeira, poderão ser excluídos aqueles que não conseguirem provar o exercício prático da pesca ribeirinha, com pelo menos 12 dias mensais de atividade pesqueira, o pescador artesanal que não tiver suas embarcações e equipamentos compatíveis às exigências estabelecidas pela Marinha do Brasil e seu devido registro regulamentado para navegação em mar aberto. Bem como os pescadores que resistirem em manter vínculo associativo com a Colônia dos Pescadores (Z4).

O pescador esportivo e o pescador industrial terão que organizar sua prática respeitando o que prevê a legislação vigente para o exercício da mesma. O que, neste particular, representa um ganho significativo para o pescador ribeirinho e o pescador artesanal que têm seu território de pesca diretamente afetado pela dinâmica da pesca esportiva e a disputa com a pesca industrial.

Analisando a relação entre a pesca artesanal, o território e o Estado, incorporando o conceito de excluibilidade como proposta para refletir sobre a ação territorial de incluir e excluir usuários do direito ao uso coletivo dos recursos naturais e de territorializar-se, mediadas pelas relações de poder que nela se materializam.

Pode-se dizer que, a dinâmica da pesca artesanal no território normado é composto por especialidades formadas pela relação de poder próprias da territorialidade. É assim que os pescadores da Vila de Cachoeira vivem a luta de territorializar-se em confronto com a influência que os agentes dominantes exercem sobre o território.

É verdade que a Gestão Compartilhada tem sido de fato um instrumento de manejo de relativo sucesso frente ao uso e apropriação dos recursos e da construção do território de pesca. Porém, o que vemos é que, por ser uma construção coletiva, muitos percalços se impõem à efetivação da mesma. Tendo em

vista que nem sempre a opinião do coletivo representa a posição particular, ou seja, não necessariamente a construção do coletivo, parte do que é comum, pois se o comum não for baseado no suprimento das próprias necessidades, se não for de interesse próprio, dificilmente, será de interesse coletivo. Daí a dificuldade de se consolidar uma parceria efetiva na construção dos acordos de pesca

Afinal acordar na Cachoeira pressupõe uma reflexão que vai muito além do pensar em normas e regras, mas também no sentido mais amplo, num sentido simbólico que figura o despertar, o “acordar” para um olhar mais acurado, cauteloso e corajoso para os desafios que os novos arranjos legais pressupõem, ou seja, “acordar” para as novas territorialidades que navegam as águas da Cachoeira.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P. *Atividade Pesqueira no Brasil: Política e Evolução Piracicaba-SP*. 1999. Tese (Economia do Meio Ambiente) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, N. B. *Saberes e Práticas Tradicionais: População Pesqueira Extrativista São Caetano de Odivelas*. 110 p. 2012. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém.

ALMEIDA, O. T. (Org.) *Manejo de Pesca na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Peirópolis, 2006.

ANDION, C.; SERVA, M.; LEVESQUE, B. O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*, v.4, n. especial, Florianópolis, 2006.

BORGHETTI, J. R. *Estimativa da pesca e aquicultura de água doce e marinha*. Brasília, DF: Instituto de Pesca/APTA/SAA, 2000 (Série Relatório Técnico, n. 3).

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 junho 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de Junho 2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura.

_____. Instrução Normativo Interministerial MPA/MMA nº 09, de 13 de junho de 2012. Estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.

_____. Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012. Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal com populações tradicionais.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Estudo socioambiental referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas no Estado do Pará*, 2014.

BRASIL, F. de P. D. Território e territorialidades nas políticas sociais. In: CARNEIRO, Carla. B. L.; COSTA, Bruno. L. D. (Orgs.). *Gestão Social: o que há de novo? Desafios e tendências*. v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, p.45-66.

CUBIDES, H. Y. P. *La cartografía social como instrumento metodológico em los procesos de construcción de territorio a partir de la participación ciudadana em la planeación territorial y la construcción del espacio público*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

DIEGUES A. C. S. *Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar*. São Paulo: Ed. Ática, 1983 (Série Ensaio, nº 94).

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.17-42.

FREITAS, R.; SEIXAS, S. R. *A Pesca Artesanal Frente às Instituições Sociais Modernas e os Desafios Do Desenvolvimento Territorial*. Florianópolis: UFF, 2010, p. 15-35.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: MPEG, 1993.

_____. Dinâmicas Sociais e Conflitos de pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Du Mará: Fundação Heinrich Bool, 2004, p. 57-71.

_____. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: Contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M. C. Formas de Utilização de Manguezais no Litoral do Estado do Pará: Casos de Marapanim E São Caetano De Odivelas. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*. Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HAESBAERT, R. A Nova Des-Ordem Mundial. *Boletim Goiano de Geografia*, Instituto de Estudos Socioambientais. v. 26. nº 1, jan./jun. 2006.

HARDIN, G. La tragedia de los bienes comunes. In: SMITH, R.C.; PINEDO, D. *El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia*. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm>. Acesso em: 15 de mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=160050>. Acesso em: 30 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, IBAMA. *Estatística da pesca 2007 no Brasil: grandes regiões e unidades da federação*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2013.

KALIKOSKI, D. C. *Gestão participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos de gestão participativa da pesca no Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

LIMA, M. V. da C.; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. *Revista Geografares*, nº12, p. 76-113, Julho, 2012.

MCGRATH, D. G. Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Eds.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 389-402.

MORAES, S. C. *Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

NEIVA, G. S. *Subsídios para a Política Pesqueira Nacional*. Terminal Pesqueiro de Santos (TPS). Publicação Técnica, 1990. 64p.

OLIVEIRA, F. *As contradições do Ao: Globalização, Nação, Região, Metropolização*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997.

OSTROM, E; MCKEAN, M. *Regime de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma Relíquia do Passado? Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 80-95.

PARÁ. Estatística Municipal. São Caetano de Odivelas. Belém: SEPOF, 2007.

PLESSMAN, F. *Unidade M03: Introdução à Participação*. Guia para Experiências de Mapeamento Comunitário, versão livremente adaptada para o português de CTA 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information Management and Communication. CTA, Países Baixos; Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR/UFRJ, 2013.

PEREIRA, R. M. F. do A. Formação sócio espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes*. *Geosul*, v. 18, n. 35, 2003.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REBOUÇAS, G. N. et al. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. *Ambiente e Sociedade*, v. IX, n. 2, 2006.

ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência: O caso do Estado de São Paulo. *Cadernos de Textos*, Belo Horizonte, v. 2, p. 173-196, ago/2000.

SACK, R. *Territorialidade Humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, A. M. et al. Economia Familiar e Manejo dos Recursos naturais na Várzea Amazônica: O Caso de Cametá e Igarapé Miri-PA. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos* ENG. Porto Alegre, 2010.

SANN, J. G. le. O papel da cartografia temática nas pesquisas ambientais. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, 2005.

SANTOS, A. S. S. A Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Estado do Pará: Estudo de Caso no Nordeste Paraense. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v.1, n.1, jul./dez. 2005.

SANTOS, G. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia II. *Estudos avançados*, vol.19 nº. 54. São Paulo. 2005.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. *Abordagens e Concepções sobre Território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, C. A. *Pesca Artesanal e Produção do Espaço: Desafios Para a Reflexão Geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. *Política Pública e Território: Passado e Presente da Efetivação de Direito dos Pescadores Artesanais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, C. M. Exclusão Social. In: CASTRO, C. L. F. de; CONTIGO, C. R. B.; AMABILE, A. E. de N. (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena: EDUENG, 2012.

SILVA, C. N. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves-PA*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, C. N. *Geotecnologias Aplicadas ao Ordenamento Territorial Pesqueiro*. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará, Belém.